

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Inf **HEBERT CÁSSIO GUIMARÃES FONSECA**

O BRASIL E OS DESAFIOS DA DEFESA DO
ATLÂNTICO SUL



Rio de Janeiro

2018

Maj Inf **HEBERT CÁSSIO GUIMARÃES FONSECA**

**O BRASIL E OS DESAFIOS DA DEFESA
DO ATLÂNTICO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para matrícula no Programa de Pós-graduação *lato sensu* em Ciências Militares.

Orientador: Ten Cel Art **HARYAN GONÇALVES DIAS**

Rio de Janeiro
2018

F676b Fonseca, Hebert Cássio Guimarães

O Brasil e os desafios da defesa do Atlântico Sul / Hebert Cássio Guimarães Fonseca.
— 2018.

81 f.: il.; 30 cm

Orientação: Haryan Gonçalves Dias.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares). —Escola de
Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

Bibliografia: f. 77-82

1. ATLÂNTICO SUL. 2. DESAFIOS. 3. BRASIL. 4. SOBERANIA. 5. ESTRATÉGIA. 6.
DEFESA. I. Título.

CDD 355.00981

Maj Inf **HEBERT CÁSSIO GUIMARÃES FONSECA**

O BRASIL E OS DESAFIOS DA DEFESA DO ATLÂNTICO SUL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para matrícula no Programa de Pós-graduação *lato sensu* em Ciências Militares.

Aprovado em ____ de _____ de 2018.

COMISSÃO AVALIADORA

HARYAN GONÇALVES DIAS – TC – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

GUSTAVO HENRIQUE ARAÚJO PEREIRA MACHADO – TC – 1º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

ALAN SANDER DE OLIVEIRA JONES – Maj – 2º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

DEDICATÓRIA

À Deus Todo-Poderoso por ter me concedido o dom maravilhoso da vida e por, a cada dia, revelar-me, mediante minha fiel e contumaz busca, a Sua graça e misericórdia, tornando-me, paulatinamente, uma pessoa mais consciente de meus defeitos e limitações e totalmente dependente de Sua boa, perfeita e agradável vontade.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Senhor e Salvador – JESUS CRISTO, por me dar muito mais do que preciso e por me abençoar bem mais do que mereço. Agradeço também pelos constantes e necessários obstáculos que são colocados em minha vida, os quais me forçam a mudar e rever atitudes e comportamentos, alterando minha idiossincrasia e convertendo-me em uma pessoa mais humilde e ponderada.

Àqueles que são o motivo pelo qual acordo a cada manhã, pleiteando ser sempre um pouco melhor do que fui ontem: minha fiel e eterna companheira, MILLENA, e meus dois melhores frutos, JÚNIOR e LUCAS. Que eu consiga, a despeito de minhas vaidades e orgulho, refletir um pouco da glória de Deus na vida de cada um, sendo um marido e um pai à altura de tudo aquilo que eles representam para mim.

Ao meu orientador, TC HARYAN, pela dedicação e paciência durante o processo de elaboração deste trabalho, por suas orientações firmes e objetivas, bem como pelas sugestões e correções de rumo que nortearam a condução dessa atividade. Foi realmente admirável a forma desprendida, metódica e leal utilizada na condução desse TCC.

Enfim, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para minha formação profissional e moral, inculcando em mim valores imensuráveis e perenes, os quais forjam o meu caráter continuamente e que me impulsionam a prosseguir dia após dia, o meu muito obrigado.

“A terra é quase sempre um obstáculo, o mar quase todo uma planície aberta. Uma nação capaz de controlar essa planície, por meio do poder naval, e que ao mesmo tempo consiga manter uma grande marinha mercante, pode explorar as riquezas do mundo” (Alfred T. Mahan).

RESUMO

O Atlântico Sul, recentemente, vem alavancando o seu grau de importância na agenda política mundial. Isso se explica pelas acentuadas mudanças ocorridas no sistema internacional, somadas às diversas potencialidades presentes nessa porção meridional do globo. Sendo uma rota alternativa de comunicação, uma importante via marítima comercial e uma enorme fonte de riquezas, o Atlântico Sul irrompeu o século XXI como uma região cobiçada tanto por Estados presentes no seu entorno como por potências extrarregionais. É fato notório que o Brasil tem posição destacada na região em questão, em razão de sua dimensão continental, da sua economia que o coloca, atualmente, entre as maiores do mundo, da sua capacidade de liderar processos de integração regional com base em preceitos de paz e cooperação e, especialmente, da sua efetiva e crescente presença nas suas águas jurisdicionais. Na esteira da crescente importância do Atlântico Sul no cenário das nações, eclodiram novos e distintos desafios que ameaçam temerariamente a soberania dos países banhados por esse oceano. Destarte, o Brasil começou a fazer frente a esses novos desafios, como forma de consolidar seu interesse no seu entorno estratégico, em particular o Atlântico Sul, e defendê-lo de potenciais ameaças. Sendo assim, o presente trabalho teve por objetivo analisar as ações estratégicas desenvolvidas pelo país diante dos desafios que se apresentam no âmbito da defesa dessa porção do Atlântico, à luz de pressupostos de importantes geopolíticos e das próprias políticas nacionais.

Palavras-Chave: Atlântico Sul, desafios, Brasil, soberania, estratégia, defesa.

ABSTRACT

The South Atlantic recently has been leveraging its degree of importance on the world political agenda. This can be explained by the marked changes that have taken place in the international system, in addition to the various potentialities present in this southern portion of the globe. As an alternative communications route, an important commercial sea route and a huge source of wealth, the South Atlantic has erupted into the 21st century as a region coveted both by states present in its surroundings and by extra-regional potency. It is a well-known fact that Brazil has a prominent position in the region in question, due to its continental dimension, of its economy, which currently places it among the largest in the world, its capacity to lead regional integration processes based on precepts of peace and cooperation and, in particular, of its effective and growing presence in its jurisdictional waters. In the wake of the growing importance of the South Atlantic in the scenario of nations, new and distinct challenges have emerged that recklessly threaten the sovereignty of the countries bathed by this ocean. Thus, Brazil has begun to face these new challenges as a means of consolidating its interest in its strategic environment, particularly the South Atlantic, and defending it from potential threats. Therefore, the objective of this study was to analyze the strategic actions developed by the country in the face of the challenges presented in the defense of this part of the Atlantic, in the light of the assumptions of important geopolitics and of the national policies themselves.

Key-words: South Atlantic, challenges, Brazil, sovereignty, strategy, defense.

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1 Oceano Atlântico Sul
- FIGURA 2 Amazônia Azul
- FIGURA 3 Entorno Estratégico
- FIGURA 4 Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul
- FIGURA 5 Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- FIGURA 6 Projeção do Brasil no Atlântico Sul
- FIGURA 7 Tese da Triangulação Insular no Atlântico Sul
- FIGURA 8 Recursos Minerais no Atlântico Sul
- FIGURA 9 Recursos pesqueiros no mundo
- FIGURA 10 Ilhas inglesas no Atlântico Sul
- FIGURA 11 As frotas dos EUA
- FIGURA 12 As rotas do tráfico
- FIGURA 13 Direitos dos Estados sobre os espaços marítimos
- FIGURA 14 Projetos estratégicos da Marinha do Brasil

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Reservas e produção dos principais países petrolíferos da América do Sul e da África

TABELA 2 As relações comerciais da China no Atlântico Sul

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ASA	Cúpula América do Sul-África
AJB	Águas Jurisdicionais Brasileiras
CAE	Centro de Análise Estratégica
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CLPC	Comissão de Limites da Plataforma Continental
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FTCC	Força-Tarefa Conjunta e Combinada
IBAS	Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul
LABGENE	Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
LCM	Linhas de Comunicação Marítimas
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
MRE	Ministério das Relações Exteriores
ONU	Organização das Nações Unidas
OND	Objetivos Nacionais de Defesa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PC	Plataforma Continental
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PAA	Programa Amazônia Azul
PEM	Projetos Estratégicos da Marinha
PDN	Política de Defesa Nacional
PND	Política Nacional de Defesa
PNM	Programa Nuclear da Marinha

PWR	<i>Pressurized Water Reactor</i>
SISFRON	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
SisGAAz	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
SOFIA	State of World Fisheries and Aquaculture
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TNP	Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares
UFEM	Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas
USEXA	Unidade Piloto Hexafluoreto de Urânio
ZEE	Zona Econômica Exclusiva
ZLAN	Zonas Livres de Armas Nucleares
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	O PROBLEMA.....	16
1.2	OBJETIVOS.....	17
1.2.1	Objetivo Geral	17
1.2.2	Objetivos Específicos	17
1.3	JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	18
2	METODOLOGIA	19
3	CONCEITOS GERAIS	22
3.1	ATLÂNTICO SUL.....	22
3.2	AMAZÔNIA AZUL.....	23
3.3	ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO.....	23
3.4	DESAFIO.....	24
3.5	AÇÃO ESTRATÉGICA.....	24
3.5.1	Ação Corrente	25
3.5.2	Ação de Emergência	25
3.6	ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL.....	25
3.7	COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	26
4	AS TEORIAS E OS PRESSUPOSTOS DE RENOMADOS GEOPOLÍTICOS QUE ANTEVIRAM A IMPORTÂNCIA GEOESTRATÉGICA DO OCEANO ATLÂNTICO	27
4.1	ALFRED THAYER MAHAN.....	27
4.2	GENERAL CARLOS DE MEIRA MATTOS.....	29
4.3	THEREZINHA DE CASTRO.....	33
5	A IMPORTÂNCIA GEOESTRATÉGICA DO ATLÂNTICO SUL	36
6	AS PRINCIPAIS RELAÇÕES SUL-ATLÂNTICAS	41
6.1	ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL.....	41
6.2	COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	45
7	OS ATUAIS DESAFIOS EXISTENTES NA PORÇÃO MERIDIONAL DO ATLÂNTICO	49

7.1	A PRESENÇA DE GRANDES POTÊNCIAS.....	49
7.1.1	Inglaterra	49
7.1.2	Estados Unidos da América	52
7.1.3	França	54
7.1.4	China	56
7.2	PIRATARIA.....	58
7.3	TRÁFICO	60
7.4	TERRORISMO.....	61
8	AS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO BRASIL PARA A DEFESA DO ATLÂNTICO SUL	63
9	CONCLUSÃO	72
	REFERÊNCIAS	77

1 INTRODUÇÃO

O oceano Atlântico Sul está passando por um momento de crescente importância internacional. Existem muitas descobertas recentes de recursos minerais, na sua bacia, que trazem antigas disputas territoriais de volta para a agenda internacional. Além disso, a crescente limitação das capacidades dos canais do Panamá e de Suez aumenta a relevância das rotas na porção meridional do Atlântico.

O Brasil é um ator crucial, nesse cenário, graças à posse da maior fronteira marítima do Atlântico Sul. O país possui aproximadamente 7.500 km de costa no referido oceano, tendo 80% da sua população disposta nas regiões próximas ao mar. Ademais, 95% do comércio internacional brasileiro é transportado pelas rotas sul-atlânticas. Muitos recursos naturais foram descobertos na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) brasileira, onde se destaca a importância dos hidrocarbonetos encontrados nas águas profundas do Atlântico Sul, o Pré-Sal¹, em 2006. Utilizando toda a sua capacidade de operação, essas reservas fariam do Brasil um dos dez maiores produtores de petróleo do mundo (WIESEBRON, 2013).

À medida que o país se desenvolve, o Atlântico Sul passa a ganhar mais e mais importância para o Brasil. Assim, ao longo do século XX, com o processo de industrialização e o crescimento da economia brasileira, sua importância foi ficando cada vez mais evidente. Não é exagero afirmar que o Atlântico, pelo que representou no passado, pelo que representa no presente e pelo que representará no futuro, é vital para a continuidade do desenvolvimento e do crescimento do país.

Em 2004, a Marinha do Brasil lançou o conceito de “Amazônia Azul”, um pleito junto à ONU para a extensão da plataforma continental do país. Caso seja completamente aceito pela Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), o território brasileiro aumentaria em 50%. Em 2007, a CLPC validou 81% do pleito. Para os 19% restantes, o Brasil apresentou novas propostas, as quais estão sendo analisadas pela referida comissão (PEREIRA DA SILVA, 2013).

¹ O pré-sal é uma sequência de rochas sedimentares criada pela separação dos atuais continentes Americano e Africano, que começou há cerca de 150 milhões de anos. Ali foram depositadas, ao longo de milhões de anos, as rochas geradoras de petróleo do pré-sal. À medida que os continentes se distanciavam, os materiais orgânicos, acumulados nesse novo espaço, foram sendo cobertos pelas águas do Oceano Atlântico, que então se formavam. Dava-se início à formação de uma camada de sal que atualmente chega a 2 mil metros de espessura. Essa camada de sal depositou-se sobre a matéria orgânica acumulada, retendo-a por milhões de anos, até que processos termoquímicos transformassem a camada orgânica em hidrocarbonetos - petróleo e gás natural (<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados>).

Dessa forma, este trabalho propôs a análise do Atlântico Sul na política externa e de segurança do Brasil, com o foco na segunda, sugerindo o relançamento, à luz dos acontecimentos atuais, do debate estratégico no espaço meridional atlântico, o qual envolve diretamente não só países da América do Sul, mas também os seus vizinhos africanos e demais países interessados que já se fazem, de algum modo, presentes nessa região.

Procurou-se verificar, também, o estabelecimento de relações sul-atlânticas que podem beneficiar as ações estratégicas brasileiras. Há quatro estruturas multilaterais proeminentes na área de defesa para as relações do Brasil com países do Atlântico Sul: o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Enquanto o primeiro perdeu, consideravelmente, sua importância² e a preocupação do último não é o Atlântico Sul em si, mas sim o subcontinente sul-americano³, a ZOPACAS e a CPLP emergiram como importantes fóruns para cooperação em temas relacionados ao oceano, as quais foram aprofundadas nesse trabalho.

Ademais, cabe realçar a notória preocupação dos principais instrumentos norteadores da defesa brasileira com a região em comento. Tanto o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), quanto a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) deixam explícito que o Brasil deve dispor de ações e meios capazes de exercer com efetividade a vigilância, o controle e a defesa dessa área fulcral do entorno estratégico do país.

Essa preocupação é plenamente justificada frente aos inúmeros desafios presentes na porção meridional do oceano Atlântico. Tais desafios, que se apresentam ao Brasil, são diversos e variados com destaque para a presença de grandes potências, como os Estados Unidos da América (EUA), a Inglaterra, a França e a China; a pirataria, em particular, na costa atlântica da África; o tráfico; e o terrorismo. Essas circunstâncias atreladas à ausência de uma capacidade naval

² Segundo Wendling (2017), durante a Guerra das Malvinas/Falklands, os Estados Unidos, que são partes tanto do TIAR quanto da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), alegando que o agressor era a Argentina, favoreceram o Reino Unido, o que foi visto por países latino-americanos como o fracasso derradeiro do acordo.

³ Os objetivos gerais do CDS perpassam: a) consolidar a América do Sul como zona de paz; b) construir uma identidade de defesa sul-americana, respeitando as características sub-regionais e nacionais; c) criar consensos para o fortalecimento da cooperação regional na vertente de defesa (UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS, 2008).

efetiva⁴ na região podem servir de pano de fundo para uma ação coordenada por organismos supranacionais, solapando a soberania nacional.

Em síntese, há tensões, fricções, conflitos, busca por equilíbrio de poder e novas estratégias militares em curso, e, com isso, o Atlântico Sul está rapidamente deixando de ser aquela periférica e plácida zona marítima para se juntar aos macro espaços geopolíticos mais relevantes do mundo.

Cabe ressaltar, ainda, que esta pesquisa extraiu a abordagem teórica geopolítica de Therezinha de Castro e do General Meira Mattos, bem como de Alfred Thayer Mahan segundo a Teoria do Poder Marítimo, para analisar as ações estratégicas nacionais que eventualmente suplantem os óbices identificados nessa porção do Atlântico.

1.1 O PROBLEMA

A formulação do problema de pesquisa é ponto fundamental na elaboração do projeto. Marconi e Lakatos (2010, p. 76) destacam que “toda investigação nasce de algum problema teórico”.

O Atlântico, desde a posse das terras que viriam a conformar o Brasil pelos portugueses, atraiu para perto de si os principais núcleos urbanos e zonas de desenvolvimento, que iriam mais tarde constituir as áreas mais desenvolvidas do país. Aliás, Frei Vicente do Salvador, escrevendo ainda em 1627, já observava que os portugueses, no caso do Brasil, “sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitavam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos” (Salvador, 1982, p. 59). Outros autores iriam, mais tarde, retomar essa figura de linguagem para se referir à preferência pelo litoral ou suas áreas mais próximas por parte das populações que se dirigiram para o Brasil.

Sendo assim, diante da importância incontestável do Atlântico, desde tempos remotos, e do cenário elencado na introdução desse projeto, a pesquisa se deparou com o seguinte problema:

Em que medida as ações estratégicas do Brasil são eficientes diante dos desafios que se apresentam no âmbito da defesa do Atlântico Sul?

⁴ IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Prospectiva, Estratégias e Cenários Globais: Visões do Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia*. Rio de Janeiro, Ipea, Ciclo de Debates, 2011.

1.2 OBJETIVOS

Segundo Creswell (2010), a declaração do objetivo é a parte mais importante de todo o estudo, e precisa ser apresentada de maneira clara e específica. Além disso, ele ressalta que devido a essa importância, a declaração desse propósito deve ser estabelecida de forma separada de outros aspectos do estudo, sendo estruturada num tópico exclusivo. Assim, esta pesquisa se norteou à luz de 1 (um) objetivo geral e seus 4 (quatro) objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Segundo Lakatos (2003, p. 219), o objetivo geral está ligado a uma visão global e abrangente do tema, enquanto os objetivos específicos apresentam caráter mais concreto. Nesse viés, o presente trabalho elencou o seguinte objetivo geral conforme descrito a seguir:

Analisar as ações estratégicas desenvolvidas pelo Brasil diante dos desafios que se apresentam no âmbito da defesa do Atlântico Sul.

1.2.2 Objetivos Específicos

A fim de viabilizar a consecução do objetivo geral apresentado, foram formulados alguns objetivos específicos, os quais balizaram o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado nesse estudo.

1.2.2.1 Descrever os conceitos, as teorias e os pressupostos de renomados geopolíticos que anteviram a importância geoestratégica do oceano em questão.

1.2.2.2 Caracterizar a importância geoestratégica do Atlântico Sul e identificar as principais relações Sul-Atlânticas.

1.2.2.3 Identificar os atuais desafios existentes na região em comento e analisar as ações estratégicas do Brasil para a defesa do Atlântico Sul.

1.2.2.4 Concluir acerca da eficácia de tais ações estratégicas frente aos desafios latentes dessa porção meridional do Atlântico.

1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Segundo Gonçalves e Corbellini (2012), o ascendente protagonismo brasileiro no sistema internacional tem impulsionado o país a galgar novas posições e responsabilidades no sistema. A busca pela liderança regional na América do Sul e a participação destacada em diversos fóruns de governança global representam um processo de afirmação do país como um dos principais atores emergentes mundiais. Nesse sentido, existe a tendência crescente de engajamento do Brasil nas discussões e nas resoluções de problemas e controvérsias do cenário político internacional.

No que tange à importância do Atlântico Sul, esse oceano representa uma plataforma de projeção brasileira, uma vez que grande parte do comércio exterior brasileiro é feito por essa via marítima. Além disso, há uma forte atividade pesqueira e acentuada exploração de petróleo e gás na plataforma continental sul-atlântica. Essa exploração, inclusive, representa o maior significado geopolítico do oceano em questão, fomentando a necessidade brasileira de garantir a soberania nas suas águas jurisdicionais.

Vale salientar também que o ambiente físico é um elemento essencial para se compreender as relações políticas e até mesmo as relações internacionais. A partir disso, destaca-se que os oceanos exerceram papel fundamental na história das civilizações na dimensão de comunicação e de defesa, bem como importante fonte de recursos minerais e energéticos. Essa importância só tende a crescer na medida em que novas pesquisas e tecnologias surgem e viabilizam novas explorações.

Concernente aos desafios, além da defesa do território e dos recursos de interesse nacional, algumas novas questões de natureza transnacional surgem no Atlântico, como o terrorismo e o tráfico. Além disso, a pirataria, que até recentemente se restringia ao litoral oriental do continente africano, sobretudo na vizinhança da Somália, passa a ocorrer com maior frequência no Golfo da Guiné⁵.

⁵ O Golfo da Guiné está situado na costa oeste de África e engloba oito países: a Costa do Marfim, o Gana, o Togo, o Benim, a Nigéria, os Camarões, a Guiné Equatorial e o Gabão. A região é rica em diversos recursos naturais, dos quais se destacam o ouro, os diamantes, o cobalto, o urânio, a platina, entre outros. Além destes ainda se destacam produtos como o cacau e todas as produções provenientes da silvicultura e da indústria pesqueira, que têm como destino preferencial os mercados europeus e norte-americano. Contudo, o setor mais relevante é o da energia, dado que três dos maiores produtores de gás natural e petróleo estão situados na área – a Nigéria, a Guiné Equatorial e Angola (RAMOS, 2014).

Tais desafios podem servir de pano de fundo para uma ingerência mais contundente de atores globais que, notadamente, já permeiam o espaço estratégico do Atlântico Sul como os EUA, a Inglaterra, a França e a China.

Em suma, a proposta desta pesquisa é relevante para o país com base nos fatores acima elencados, que demonstram a necessidade da reabilitação das capacidades de defesa do país, respaldando seu maior exercício de influência regional e global e adequando as suas atuais capacidades às suas pretensões no Atlântico Sul. Assim sendo, é fulcral para o Brasil estudar e analisar as políticas de defesa e segurança para essa área marítima a fim de assegurar seus interesses econômicos, estratégicos e políticos.

2 METODOLOGIA

Essa pesquisa foi qualitativa, uma vez que privilegiou relatos e análises de documentos para entender os desafios que imperam sobre a parte meridional do Atlântico, bem como elencou referenciais teóricos com a intenção de analisar as ações estratégicas desenvolvidas pelo Brasil para garantir a defesa e a soberania dessa importante região presente no entorno estratégico nacional.

Seguindo a taxonomia de Vergara (2008), essa pesquisa foi descritiva, explicativa, bibliográfica e documental. **Descritiva** porque pretendeu descrever as características do Atlântico Sul, as quais lhe outorgaram uma importância considerável no cenário das nações. **Explicativa** porque visou esclarecer os desafios que se apresentam entre as costas brasileira e africana. **Bibliográfica** porque teve sua fundamentação teórico-metodológica na investigação sobre assuntos de segurança e defesa, em particular, correlacionados com a soberania brasileira sobre suas águas jurisdicionais do Atlântico Sul, procurando concluir sobre as ações estratégicas desenvolvidas pelo Brasil frente aos desafios que se avolumam nessa parte meridional do oceano em comento. Tal pesquisa baseou-se em livros, manuais e artigos de acesso livre ao público em geral. Finalmente, foi **documental**, porque se utilizou de documentos e relatórios do MD, do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e da Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS).

O objetivo principal foi o de levantar informações oficiais sobre o assunto em tela, permitindo a análise das ações estratégicas brasileiras para contornar o problema elencado no presente trabalho.

Em decorrência da natureza do problema dessa pesquisa e do perfil desse pesquisador, foi escolhida a abordagem fenomenológica, a qual privilegia procedimentos qualitativos de pesquisa.

Ademais, as conclusões decorrentes das pesquisas bibliográficas e documental permitiram estabelecer uma correlação mais fidedigna entre os desafios que se apresentam no Atlântico Sul e as ações estratégicas desenvolvidas pelo Brasil.

Outrossim, é bom reforçar que dentre as possíveis relações sul-atlânticas ou estruturas multilaterais, as quais, direta ou indiretamente, tiveram alguma influência nas ações estratégicas brasileiras, foram aprofundadas nesse trabalho a ZOPACAS e a CPLP. Assim como, dentre os possíveis tráficos que operam na porção meridional do atlântico, que configuram como eventuais desafios para a soberania

brasileira nas suas águas jurisdicionais, apenas o tráfico de drogas foi abordado com maior detalhamento no bojo do trabalho em questão.

Cabe ressaltar ainda que todo o método apresenta possibilidades e limitações. A pesquisa e estudo sobre um tema que suscita múltiplas interpretações e que está permeado por inúmeras condicionantes e atores requer uma certa flexibilidade de raciocínio, todavia, ainda fica evidente que a abordagem fenomenológica é a melhor forma de explorar o tema do referido trabalho.

3 CONCEITOS GERAIS

Segundo Vergara (2008), torna-se conveniente indicar a teoria ou as teorias que fornecem a orientação geral da pesquisa, facilitando, assim, ao pesquisador e ao leitor, cada um a seu tempo, o conhecimento, a contextualização e a consistência da investigação.

3.1 ATLÂNTICO SUL

O Atlântico Sul é uma área estratégica do entorno brasileiro. Nessa região, o país possui vasta fronteira, por onde transitam cerca de 95% do seu comércio externo. Essa área também é detentora de diversos recursos naturais, alguns dos quais essenciais para o Brasil, como as gigantescas reservas de petróleo e gás natural, seja do pré-sal, seja da exploração de outras bacias. Além, é claro, de outros tipos de recursos ainda pouco explorados, como é o caso da pesca.



FIGURA 1 – Oceano Atlântico Sul

Fonte: <http://www.sogeografia.com.br/Conteudos/GeografiaFisica/oceanos/?pg=4>

Segundo o Livro Branco de Defesa Nacional (2012), o Brasil, sendo o país com maior costa atlântica do mundo, tem, por todas as razões citadas, especial interesse na paz e segurança do Atlântico Sul.

3.2 AMAZÔNIA AZUL

A área da Amazônia Azul abrange a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de 200 milhas náuticas, com uma superfície de 3.539.919 km², enquanto a Plataforma Continental (PC), até 350 milhas náuticas, corresponde a mais de 900 mil km². Somando-se ambas, a abrangência atinge praticamente 4,5 milhões km², o que acrescenta uma área marítima equivalente a mais de 50% da extensão territorial brasileira (BRASIL, Decreto nº 6.703, 2008). O governo brasileiro pleiteou o reconhecimento da PC na Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da Organização das Nações Unidas (ONU), apresentando sua proposta em 2004 (WIESEBRON, 2013).

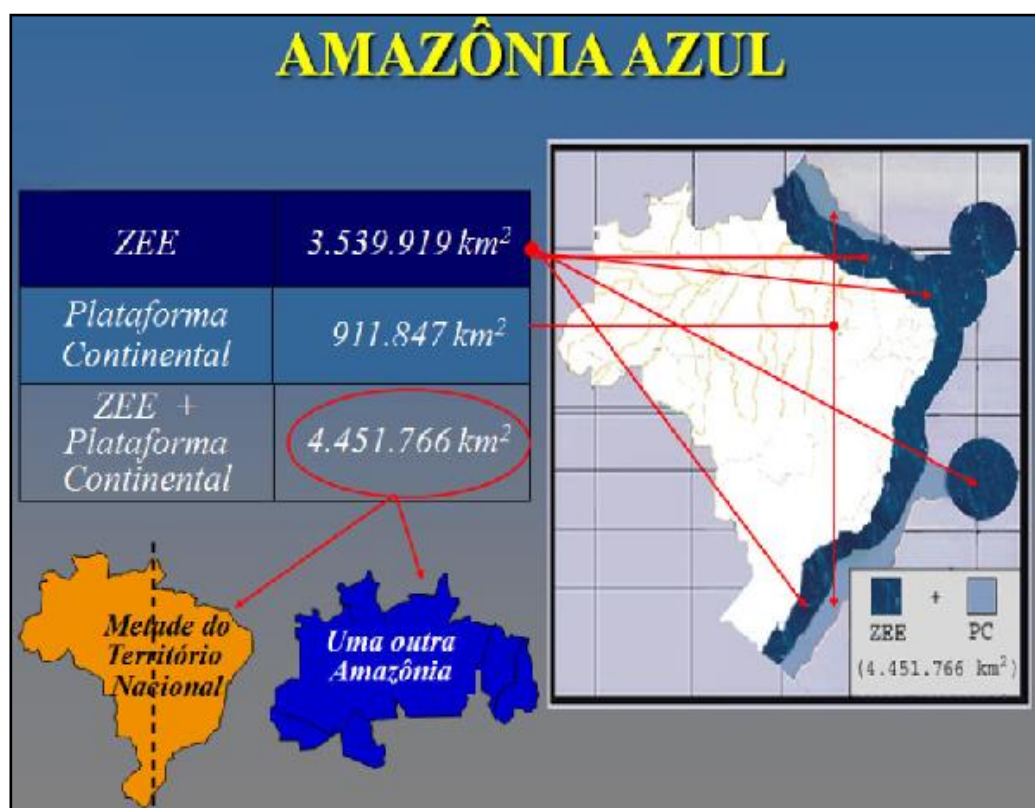


FIGURA 2 – Amazônia Azul

Fonte: <http://sustentabilidade.com/a-nossa-amazonia-azul/>

3.3 ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

O entorno estratégico do Brasil recebe grande atenção por parte dos documentos que traçam os objetivos nacionais e as ações necessárias para

alcançá-los. E considerável parcela dessa região é ocupada pelo oceano Atlântico Sul.

A América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o **Atlântico Sul** e os países limítrofes da África, assim como a Antártica. Ao norte, a proximidade do mar do Caribe impõe que se dê crescente atenção a essa região (PND, 2012, grifo nosso).



FIGURA 3 – Entorno Estratégico

Fonte: <http://defesaeseguranca.com.br/entorno-estrategico-do-brasil/>

3.4 DESAFIO

Todo o entorno estratégico do país, em particular a região abordada nesse trabalho, é afligido por desafios de diferentes matizes, dos quais tiveram destaque: a ingerência de grandes potências, a pirataria, o tráfico e o terrorismo. Cabe realçar o conceito de desafio extraído do manual do Ministério da Defesa – MD35-G-01:

Ação desencadeada propositadamente pelo agente que dá origem a uma crise político-estratégica, atuando sobre uma vulnerabilidade do oponente. O agente provocador, ao dar início à manobra de crise, assume a iniciativa e explora a liberdade de ação e a surpresa, visando à consecução de seus objetivos político-estratégicos (GLOSSÁRIO DAS FORÇAS ARMADAS, 2015).

3.5 AÇÃO ESTRATÉGICA

Ação que compreende um conjunto de medidas de natureza e intensidade variáveis, orientadas para o preparo e o emprego do Poder, na consecução da

Estratégia, podendo ser de duas ordens: ação corrente e ação de emergência (GLOSSÁRIO DAS FORÇAS ARMADAS, 2015).

3.5.1 Ação Corrente

Ação estratégica que se traduz no preparo e na aplicação do Poder Nacional para atender à situação normal (GLOSSÁRIO DAS FORÇAS ARMADAS, 2015).

3.5.2 Ação de Emergência

Ação estratégica que se traduz no preparo e na aplicação do Poder Nacional para atender às situações de emergência (GLOSSÁRIO DAS FORÇAS ARMADAS, 2015).

3.6 ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL

Mediante a resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi criada em 1986, por iniciativa do Brasil, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), que promove a cooperação regional e a manutenção da paz e segurança na região do Atlântico Sul.

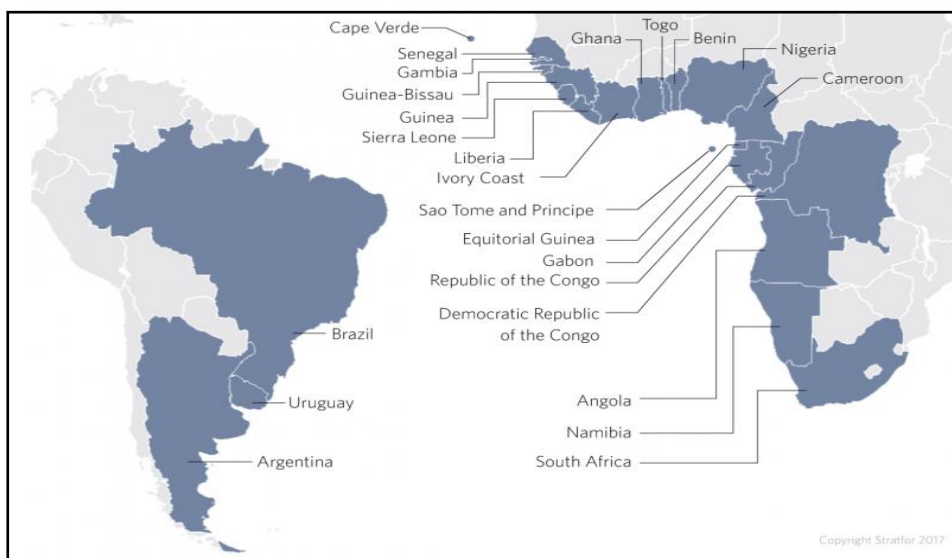


FIGURA 4 – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

Fonte: <https://worldview.stratfor.com/article/brazil-and-africa-bridge-south-atlantic>

A ZOPACAS é integrada por 24 (vinte e quatro) países banhados pelo Atlântico Sul: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau,

Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai.

3.7 COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é uma organização internacional formada por países cujo idioma oficial é o português.



FIGURA 5 – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Fonte: <http://www.sermosgaliza.gal/articulo/internacional/quem-serve-cplp-uma-visao-mocambique/20161106172820052558.html>

A CPLP foi criada em 17 de Julho de 1996 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. O Timor-Leste, em 2002, foi acolhido como país integrante, após conquistar a sua independência. Em 2014, Guiné Equatorial tornou-se o nono membro da organização.

4 AS TEORIAS E OS PRESSUPOSTOS DE RENOMADOS GEOPOLÍTICOS QUE ANTEVIRAM A IMPORTÂNCIA GEOESTRATÉGICA DO OCEANO ATLÂNTICO

Ainda que anterior ao presente século, grandes geopolíticos lançaram bases essenciais para discussões sobre questões como a defesa e a segurança no Atlântico Sul. Eles já falavam da necessidade premente de uma política brasileira específica voltada para o oceano, uma vez que ações negligentes sobre tal região trariam um impacto considerável em parte do entorno estratégico do Brasil.

4.1 ALFRED THAYER MAHAN

O almirante norte-americano Alfred Mahan (1840-1914), nascido em West Point em 1840, era considerado o evangelista do mar alcunha dada por Sprout que afirmara: “nenhuma pessoa influenciou tão direta e profundamente a teoria do poder marítimo como Mahan” (MONTEIRO, 2011).

Ao elaborar sua estratégia, ele buscava auxiliar na transformação dos Estados Unidos da América em uma grande potência marítima e mundial.

Mahan foi um dos principais teóricos do poder marítimo, advogando o **controle dos estreitos** (Gibraltar, Cabo, Suez, Adém, Ormuz, Málaca) e **pontos-chave** (portos, bases), tal como fazia a Grã-Bretanha, a potência marítima da época. Para ele, o modelo britânico constitui um exemplo a imitar e a ultrapassar, o que sem dúvida os Estados Unidos começaram a fazer no início do século XX. Mahan via o seu país situado entre dois continentes, a Europa e a Ásia, separados pelo Atlântico e pelo Pacífico, o que **obrigava ao desenvolvimento de uma marinha forte** (DEFARGES, 2003, grifo nosso).

Segundo o próprio Mahan (1890), a sua teoria tinha como objetivos centrais: I- demonstrar a importância que o mar tinha para o desenvolvimento das nações; II- compreender os princípios que governavam a guerra do mar desde a antiguidade; e III- despertar na classe política dos EUA a centralidade das políticas navais para o seu desenvolvimento. Para isso utilizou como métodos: a) o estudo da História como ferramenta; b) a introspecção como início da sistematização teórica; c) analogias entre a guerra terrestre e naval; e d) o exemplo da Grã-Bretanha.

Assim, a existência de um poder naval forte composto principalmente por navios de linha⁶ era fundamental, bem como a proteção das Linhas de Comunicação Marítimas (LCM), função primordial das marinhas de guerra, seria realizada essencialmente por operações ofensivas.

As LCM seriam defendidas por meio de uma batalha decisiva que eliminaria a esquadra inimiga em uma batalha única. Nessa batalha, a esquadra de combate deveria ser empregada de forma concentrada e enviada para “buscar e destruir a esquadra inimiga” (MAHAN, 1890).

Para isso era necessária uma esquadra poderosa para se contrapor à esquadra inimiga. Só assim se asseguraria a vitória e esse tipo de controle marítimo. Porém, no caso de uma esquadra inferior à do inimigo, de acordo com os escritos de Mahan (1890), a mesma deveria se estabelecer em portos e bases bem defendidos, impondo sobre o mais forte a tarefa de vigiá-la para impedi-la de qualquer ação ofensiva. Essa esquadra, mesmo impossibilitada de uma ação efetiva no mar, impediria a esquadra inimiga de possuir o completo domínio do oceano.

Esse conceito ficou conhecido como “esquadra em potência”, sendo muito difundido à época, apesar de relativizado pelo próprio Mahan, consoante às colocações de Almeida (2009). Um dos princípios considerados mais importantes em sua teoria era a concentração. Para Mahan, a concentração da Esquadra deveria ocorrer em uma posição central que possibilitasse atacar a esquadra inimiga a partir de linhas interiores. Portanto, aquele Estado que obtivesse uma posição central em relação ao adversário teria grande vantagem estratégica. Para isso seria fundamental a existência de grandes navios a fim de que se obtivesse a superioridade no combate.

A posição de um país no mundo modificaria o estímulo natural ao seu desenvolvimento marítimo. Mahan citou a importância dos Estados insulares, daqueles que possuíssem duas costas e os **que fossem bem posicionados com relação às rotas comerciais e Estados rivais**. Nessa compreensão afirmava que seria de importância fundamental para os EUA o controle do Caribe, em especial o Panamá, Santa Lucia, Boca do Mississipi, que seriam pontos fundamentais que formavam triângulo geopolítico, chamado de “triângulo do Caribe” (MAHAN, 1890, grifo nosso).

⁶ O navio de linha ou nau de linha foi uma embarcação a vela, de alto bordo, com três mastros e grande número de bocas de fogo, muito usual entre os séculos XVII até meados do século XIX, com a finalidade de navio de guerra ou embarcação mercante. Era forte e bem armado para compor uma linha de batalha, tática naval na qual duas linhas de navios adversários manobravam de modo a poderem usar o maior número possível dos seus canhões (GARDINER, 1992).

Hoje, analistas internacionais advogam o surgimento de um novo triângulo - o do “ouro negro”, cujos vértices estão localizados no golfo do México, Golfo da Guiné e na Amazônia Azul nos campos do pré-sal brasileiro (VIDIGAL, 2010).

Vidigal também apresentava as seguintes vulnerabilidades estratégicas brasileiras no Atlântico Sul:

a) a dependência de fontes externas de energia, devido à **grande importação por via marítima**; b) as LCM estão vulneráveis a ataques por ar e mar (navios de superfície e submarinos); c) as principais áreas produtoras de petróleo se encontram próximas à plataforma continental, em locais afastados da costa, estando **sujeitas às mesmas ameaças das LCM**, além de ameaças por **agentes terroristas**; e d) a Amazônia verde pode se transformar em médio e longo prazo, em uma área mais suscetível a ações externas por possuir grandes recursos naturais, como a abundante água doce (VIDIGAL, 2010, grifo nosso).

Monteiro (2011) cita ainda como outros pontos fortes da teoria de Mahan: a cunhagem e evangelização da expressão *sea power* (poder marítimo); a apologia da importância do mar; a defesa do poder do mar como fomentador econômico; o profundo impacto na ação política; a necessidade de reflexão e estudo permanente; o recurso à história como ferramenta essencial para a formulação estratégica.

Ficou patente nessa pesquisa que a teoria de Mahan, apesar de bastante criticada, teve importância fundamental para enfatizar a necessidade do controle do mar para o desenvolvimento das Nações e a centralidade do mar no destino desses Estados, o que atendeu à demanda política no final do século XIX e início do XX. Ressalta-se ainda que a análise de suas obras foi extremamente importante para buscar compreender o pensamento geopolítico e suas influências sobre as políticas externas e internas dos Estados, sendo os elementos do poder marítimo importantes até os dias atuais, obviamente repaginados e com outras emendas e interpretações.

4.2 GENERAL CARLOS DE MEIRA MATTOS

Carlos de Meira Mattos nasceu em São Carlos, Estado de São Paulo, em 23 de julho de 1913. Dentre as múltiplas atividades desenvolvidas pelo General Meira Mattos ao longo da sua vida salientam-se as de comandante da Brigada Latino-Americana da Força Interamericana de Paz, comandante da Academia Militar das Agulhas Negras e Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Ao resumir o perfil da obra de Meira Mattos, ficam patentes seu particular interesse na posição geográfica do Brasil; na existência histórica de um

cerco hispânico na América do Sul ao qual uma estratégia brasileira não poderá ser indiferente; **na importância do Atlântico Sul para o Brasil como contato com o mundo (comércio exterior)**; na discrepância entre o potencial em recursos naturais e humanos decorrentes da geografia e a condição de subdesenvolvimento econômico do país; na prescrição de planos para superação dessa discrepância entre recursos e economia e; na reafirmação de que o país reúne todas as condições para se tornar uma potência mundial (FREITAS, 2004, grifo nosso).

O General Carlos Meira Mattos refere-se ao Atlântico Sul como um espaço marítimo compreendido entre três frentes continentais: América, África e Antártica; e três corredores: o do norte, constituído pela área Natal-Dacar; e dois no sul, respectivamente entre a Antártica e as frentes continentais americana-africana. Realça ainda que a região sul atlântica é um fantástico reservatório de minerais estratégicos e de petróleo, sem os quais os países do hemisfério e Atlântico Norte não podem viver, pelo que o Atlântico Sul deixou de ser considerado um oceano secundário.

No que diz respeito a articulação do território, temos uma imensa costa marítima com 7.408 km de litoral debruçada maiormente sobre o Atlântico Sul, com uma beirada, no território do Amapá, confinando o Atlântico Norte e próxima ao Caribe. Considerando a nossa projeção da nossa costa atlântica abrangendo ao sul, a Antártica, e ao norte o Caribe, a ilha da Madeira e Gibraltar, defrontamos vis-à-vis com 20 novas repúblicas instaladas na costa atlântica da África, criadas a partir do final da Segunda Guerra Mundial, todas vindo de status coloniais. Além dos países africanos, o Atlântico garante-nos a comunicação fácil, já tradicional, com o Uruguai, Argentina, e uma ponta do território chileno, na entrada do Estreito de Magalhães (Mattos, 1977).

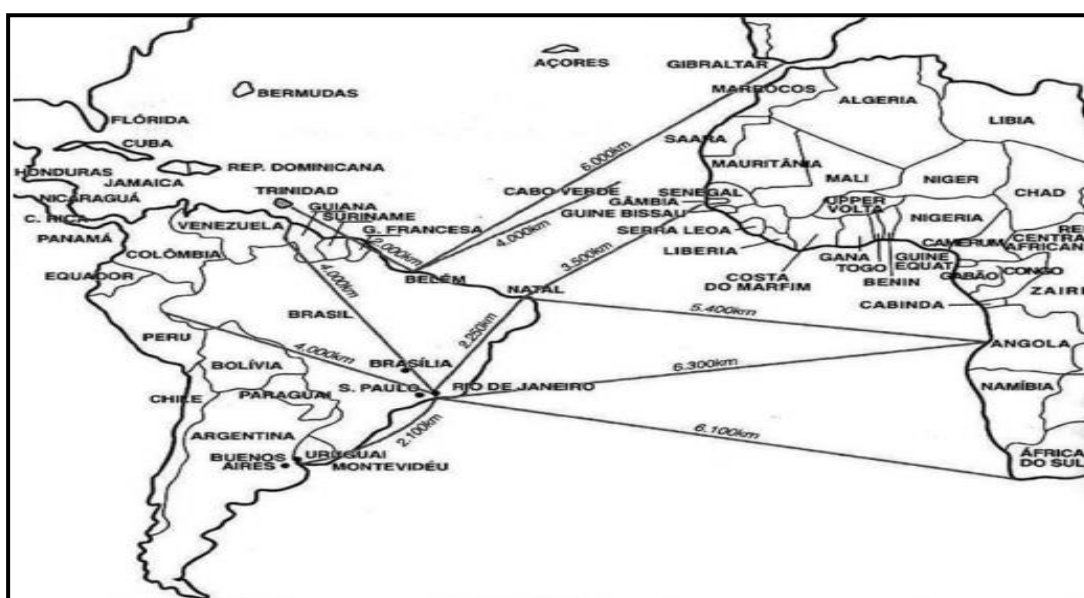


FIGURA 6 – Projeção do Brasil no Atlântico Sul

Fonte: **A Geopolítica e as projeções do poder** (Mattos, 1977)

Em 1977, portanto, o general Meira Mattos chegou à conclusão que o controle da navegação na região meridional do Atlântico é de importância vital, diante do fato de que é uma via de comunicação do país com os vizinhos ribeirinhos da vertente atlântica da África. Concluiu ainda que, com o leque da projeção da nossa costa, alcançando o Caribe, as ilhas portuguesas e espanholas, toda a *vertente atlântica* da África, a Antártica e os nossos tradicionais vizinhos continentais do sul, o Atlântico assegura ao Brasil uma articulação com 50 (cinquenta) países, ou seja, a terça parte, à época, dos membros da ONU.

Verificou-se, dessa forma, que as suas observações continuam bastante atuais, uma vez que apontou com três décadas de antecedência as riquezas provenientes da plataforma continental, como por exemplo, a descoberta do pré-sal. Além do mais, enalteceu, já em sua época, a aproximação com o continente africano, como se estivesse estimulando um maior aprofundamento da política externa em direção àquela importante região do entorno estratégico do país.

O Atlântico, com sua imensa massa líquida, oferece ao Brasil não apenas a melhor via de comunicação entre os grandes centros costeiros do país ou a rota indispensável ao nosso comércio exterior, propicia, sobretudo, uma fonte de **recursos econômicos** da maior importância. Além da **pesca**, antiquíssima riqueza extraída dos mares, os novos caminhos abertos pela tecnologia vieram ampliar a gama de recursos marinhos em setores vários tais como: **hidrocarbonetos**, isto é, petróleo e gás; dos minerais, particularmente manganês, cobre, estanho, cobalto e níquel; dos vegetais entre os quais se destacam as algas cujo aproveitamento para fins industriais vem aumentando; finalmente, as aplicações dos cascalhos e areias (MATTOS, 1977, grifos do autor).

Fruto de sua importância inequívoca para o país, o General Meira Mattos defendia uma estratégia marítima para o Atlântico Sul, a qual deveria ser estabelecida além dos limites geodésicos, com o intuito de evitar um novo bloqueio na região.

A proteção de nossas linhas de comunicação com o Atlântico sul, de nosso comércio exterior e de nossas águas territoriais exige que tenhamos **uma estratégia marítima**, a qual será parte de uma *estratégia geral* para o Atlântico Sul. Por outro lado, parece difícil, em caso de conflito em dimensões mundiais, separar-se a **estratégia do Atlântico Sul** de uma *estratégia geral* para este oceano. Nossa *projeção estratégica* vai um pouco além dos limites geodésicos do Atlântico Sul. *Não podemos ignorar que o bloqueio do Atlântico Sul, por potência ou potências hostis, nos colocará numa posição de isolamento e asfixia econômica.* Já experimentamos esta prova duramente, por ocasião da Segunda Guerra Mundial. Naquela ocasião, tivemos o apoio da esquadra e força aérea norte americana que veio se somar aos esforços de nossas Forças Armadas. *Até quando poderemos confiar a proteção de nosso comércio marítimo a forças aliadas?* (MATTOS, 1977, grifos do autor).

Além do mais, o general Meira Mattos, diante da possibilidade de se enfrentar dificuldades ou desafios nas costas brasileiras, defendeu a ideia de que a melhor maneira de atender aos anseios dos países da região é incorporá-los em uma comunidade de interesses, reunindo aqueles Estados que estão vinculados à área de projeção marítima.

Nos dias em que estamos vivendo, a melhor maneira de defender interesses nacionais será integrá-los numa **comunidade de interesses**, reunindo tantos quantos sejam aqueles vinculados à área de projeção marítima de nossa costa; seriam como que, dentro dos limites que elegemos, cerca de 40 nacionalidades (MATTOS, 1977, grifos do autor).

Para a constituição de tal comunidade de interesses, que, como citado anteriormente, seria em torno de quarenta nacionalidades, integrando uma grande comunidade do Atlântico Sul, entendia que antes deveria ser constituído um grupo menor. Esse grupo deveria se esforçar, juntando os meios tecnológicos e militares, para a defesa comum da região, a fim de manter livres as rotas do comércio marítimo.

Mas os grandes empreendimentos devem começar pelo caminho mais fácil – poderíamos dar início à criação da *grande comunidade do Atlântico Sul*, pela constituição de um primeiro grupo de nações dispostas a reunir esforços para garantir os seus *interesses de utilização austral* do oceano, mantendo livres as linhas de seu comércio e juntando seus *meios, tecnológicos e militares*, para uma *defesa comum*. Seria a *Comunidade do Cone Sul*, para se dar um nome já cunhado (Mattos, 1977, grifos do autor).

A Comunidade do Cone Sul, apresentaria um perfil defensivo, e dela inicialmente participaria o Brasil, a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e o Chile, e este teria a função de controlar o Estreito de Magalhães.

Essa comunidade defensiva teria como participantes, inicialmente, **Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile**; este último possui uma ponta de seu território no Atlântico e controla o estratégico Estreito de Magalhães. A presença do **Paraguai** justificar-se-ia porque, em que pese sua mediterraneidade, é no Atlântico que respira. Mais tarde, outros países da África poderiam vir a fortalecer a estrutura estratégica dessa comunidade. Ocupam posição sumamente importante nesse contexto de defesa comum a **África do Sul, Angola e Senegal**. No campo político, maior esforço deve ser realizado para estreitar nossas relações com os países da área das Guianas e os da região do Caribe – Venezuela, Colômbia, América Central e Ilhas Antilhanas. (...) Voltando-se à parte austral, mais fechada, de mais fácil controle de navegação, tendo como limites – do lado sul-americano, o segmento da costa de Natal até o Estreito de Magalhães, do lado africano, a extensão litorânea de Dacar ao Cabo, e no extremo sul a Antártica –, por aí passam as linhas de navegação vitais para economia dos países do Ocidente: a rota do Cabo, por onde se escoia a maior parte do petróleo do

Oriente Médio destinado aos países da América do Sul, e principalmente à Europa (MATTOS, 1977, grifos do autor).

Assim, segundo o general Meira Mattos, era preponderante que os países sul-americanos, particularmente, o Brasil, não ficassem caudatários da defesa do Atlântico Sul. Já, desde aquela época, advertia da necessidade imperiosa de se assumir a responsabilidade desta área e que dever-se-ia, em um primeiro momento, trabalhar juntamente com a Comunidade do Cone Sul, mas que, em seguida, seria impreterível atrair os países africanos para participarem desta empreitada, na intenção de manter este eixo de comunicação livre de quaisquer impedimentos. Só assim, seria viável asseverar as condições necessárias para atender aos interesses econômicos e de segurança comuns, permitindo a construção de uma das mais prósperas sociedades do mundo, corroborando o pensamento de Mattos (1977): [...] se esta comunidade de nações algum dia for capaz de associar seus interesses econômicos e de segurança, terá construído uma das mais prósperas sociedades do mundo.

4.3 THEREZINHA DE CASTRO

Segundo o próprio General Meira Matos (2002), a professora Therezinha de Castro foi uma pesquisadora incansável e uma lutadora obstinada pela aceitação de suas propostas geopolíticas. Foram trinta anos de infatigável produção intelectual e contribuição para a geopolítica brasileira. Dos muitos temas de que tratou, pode-se ressaltar a **necessidade de uma estratégia brasileira de presença ativa no Atlântico Sul**, para isto a importância de se efetivar a ocupação da Antártica e o interesse nacional em desenvolver uma política de estreitas relações com os países do Cone Sul (grifo nosso).

No pensamento de Therezinha de Castro, ressaltavam três regiões naturais brasileiras: uma ilha subdesenvolvida, formada pelas regiões Norte e Centro-Oeste, que juntas perfazem 64% do território nacional; uma ilha em desenvolvimento representada pela região Nordeste, ocupando 18% do conjunto espacial; e uma ilha desenvolvida incluindo as regiões Sul e Sudeste. Daí que Therezinha de Castro afirmou que:

[...] globalizando os fatores que contrastam de leste para oeste, podemos deduzir que o Brasil foi no passado e continua no presente, a despeito da interiorizada Brasília, um país voltado para o Atlântico (FREITAS, 2004)

No que diz respeito à integração do Brasil no contexto da América do Sul, Therezinha de Castro considerou que o Tratado de Tordesilhas dividiu a América do Sul em Pacífico e Atlântico, destacando a importância geoestratégica do Cone Sul, de vocação marcadamente marítima (onde integra Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia) e que envolve o ecúmeno brasileiro (o triângulo São Paulo-Rio de Janeiro-Belo Horizonte).

Por esta posição geográfica, ela assumiu que o Brasil tem interesses marcadamente atlânticos, seja no oceano propriamente dito, seja na Bacia do Rio da Prata ou mesmo como acesso a Antártica. Lembra que os portos brasileiros do Sul podem servir de ponto de saída para as exportações bolivianas e paraguaias, ajudando a aliviar a carga do encravamento geográfico destes países (FREITAS, 2004).

Vale destacar que o Atlântico Sul dispõe de um conjunto de ilhas as quais lhe conferem caráter estratégico para se projetar sobre a África, a América do Sul e a Antártica. A existência dessas porções de terra no meio do oceano permite que os Estados instalem bases militares, facilitando tanto a circulação de meios navais como aéreos. Ainda sobre essas ilhas, Therezinha de Castro formulou a tese dos triângulos geoestratégicos do Atlântico Sul. Segundo a geógrafa, nesse espaço marítimo estão dispostos três triângulos cujos vértices correspondem às ilhas presentes como se pode ver na figura Nr 7.



FIGURA 7 - Tese da Triangulação Insular no Atlântico Sul
Fonte: CASTRO, 1999, p.309.

Dessa forma, o primeiro triângulo representa as Ilhas Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha servindo de projeção tanto para a América do Sul como base de apoio para o controle da Rota do Cabo. Já o segundo triângulo corresponde ao Arquipélago de Fernando de Noronha, na ilha de Trindade e no arquipélago das Malvinas, permitindo, sobretudo, o controle da passagem Atlântico-Pacífico. Quanto ao último triângulo, formado pelos arquipélagos subantárticos de Shetlands do Sul, Orcadas do Sul e Gough, Geórgias do Sul e Sanduíches do Sul, ele representa uma rota alternativa para projeções sobre o continente americano e a África (HORING; WEBER; CLOSS; 2014).

Percebe-se que a presença desse cinturão de ilhas no Atlântico Sul imputa um alto valor estratégico à região, uma vez que, além de servir de projeção sobre os continentes americano e africano, bem como a Antártica e de abarcar importantes passagens por onde cruzam consideráveis LCM, a soberania sobre estas ilhas implica o direito à exploração de suas respectivas ZEE, muitas das quais apresentando reservas minerais e energéticas imensuráveis.

5 A IMPORTÂNCIA GEOESTRATÉGICA DO ATLÂNTICO SUL

Tradicionalmente, o Atlântico Sul, a partir da perspectiva dos interesses e das avaliações das grandes potências, foi considerado uma área de importância estratégica secundária, porém, essa percepção está sendo gradativamente alterada e esse oceano, outrora relegado, está se convertendo em uma região onde se projetam interesses estratégicos e econômicos de diferentes matizes.

Na primeira metade do século XX, o Atlântico Sul, gradualmente, perdeu espaço no cenário geopolítico mundial, em decorrência, principalmente, da significativa queda do poderio britânico na política internacional, em contrapartida à crescente presença norte-americana. Após derrotar a esquadra espanhola na guerra hispano-americana, em 1898, no mar do Caribe, os Estados Unidos despontam como grande potência marítima e econômica mundial, aumentando a importância geopolítica do Norte do Atlântico, em detrimento da sua porção meridional. Ressalte-se ainda que o significado estratégico atribuído ao Atlântico Sul, devido à existência de passagens e rotas marítimas em permanente comunicação com outros oceanos, foi sendo esvaziado conforme tais atribuições eram transferidas para os canais de Suez e Panamá, construídos, respectivamente, no fim do século XIX e início do século XX, com o objetivo de agilizar as comunicações marítimas (LUÍS, 2015).

No espectro dessa nova perspectiva mundial, o Brasil, ao introduzir o conceito de entorno estratégico brasileiro na Política Nacional de Defesa (PND), está incorporando integralmente o Atlântico Sul como um espaço central para a segurança e a defesa do país. Em outras palavras, assume temas e preocupações condizentes com um país cujas pretensões são de irradiar e exercer protagonismo para além do seu entorno regional.

O fato inegável é que o Atlântico Sul representa para o Brasil uma reserva e uma fonte importante de recursos econômicos, sendo seu principal meio de transporte e intercâmbio comercial com os demais países do mundo.

Mas o elemento de maior significado geopolítico do Atlântico Sul é o fato de que nas suas duas bordas continentais estão localizadas as jazidas de petróleo e gás consideradas pelos especialistas como das mais promissoras do mundo. A região responde hoje por cerca de 20% da produção mundial de petróleo e sua taxa média anual de crescimento está próxima de 10%. Destaque-se que atualmente mais de um terço das importações de petróleo dos EUA e da China provêm dos países produtores do continente africano, com destaque para Nigéria e Angola. Na vertente brasileira, encontram-se as mais recentes e promissoras descobertas de petróleo e gás e estudos preliminares indicam reservas com potencial de até 55 bilhões de barris nos campos do Pré-Sal. Além disso, cerca de dois milhões de barris/dia da produção do país provêm atualmente da exploração offshore (COSTA, 2014).

TABELA 1 – Reservas e produção dos principais países petrolíferos da América do Sul e da África

País/Região	Reservas (bilhões de barris)			Produção (X 1000 de barris/dia)		
	1992	2002	2012	1992	2002	2012
América do Sul/África						
Argentina	2	2,8	2,5	587	899	664
Brasil	5	9,8	15,3	652	1497	2149
Equador	3,2	5,1	8,2	328	394	505
Venezuela	63,3	77,3	297,6	2499	2974	2725
Angola	1,3	8,9	12,7	550	905	1784
Gabão	0,8	2,4	2	289	256	245
Libia	22,8	36	48	1473	1375	1509
Nigéria	21	34,3	37,2	2020	2087	2417
Total América do Sul/África	139,3	200,3	458,2	11,774	14,535	16,656
Total Mundial	1039,3	1321,5	1668,9	65,716	74,948	86,152
% do total mundial	13,40%	15,15%	27,45%	17,90%	19,39%	19,33%

Fonte: BRITISH PETROLEUM, 2011.

Ademais, segundo Fiori (2013, p.8), existem, na Bacia Atlântica, crostas cobaltíferas, nódulos polimetálicos (contendo níquel, cobalto, cobre e manganês), sulfetos polimetálicos (contendo zinco, prata, cobre e ouro), além de depósitos de diamante, ouro e fósforo, entre outros minerais relevantes. E já foram identificadas também grandes fontes energéticas e mineiras na região da Antártica.

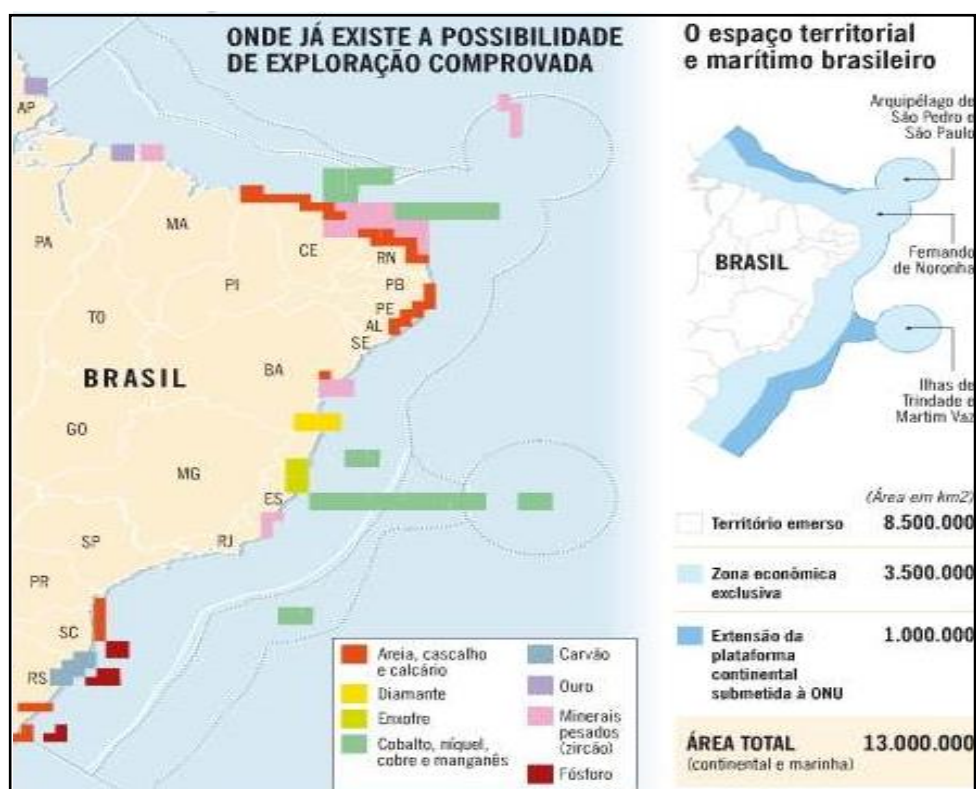


FIGURA 8 – Recursos Minerais no Atlântico Sul

Fonte: <https://geopoliticaopetroleo.wordpress.com/geopolitica-do-atlantico-sul/1513-amazonia-azul1/>

O Atlântico Sul destaca-se também por sua riqueza aquática e ambiental favorável e diversidade biológica de pescado para a produção pesqueira, contribuindo de forma contundente para o crescimento do Brasil nos últimos anos e com projeções muito favoráveis para o futuro.

De acordo com o Relatório Mundial das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação e o Estado Mundial da Pesca e Aquicultura 2016 (SOFIA), estima-se que o Brasil deve registrar um crescimento de 104% na produção da pesca e aquicultura em 2025. Segundo o estudo, o aumento na produção brasileira será o maior registrado na região, seguido de México (54,2%) e Argentina (53,9%) durante a próxima década. Segundo o mesmo relatório, em âmbito global, a produção deve crescer até alcançar 195,9 milhões de toneladas em 2025, um aumento de 17% em comparação a produção de 2013-15, de 166,8 milhões (FAO, 2016).

Isso significa que, no ano 2025, o mundo vai produzir 29 milhões de toneladas a mais de peixe que no biênio 2013/2015 e parcela considerável desse aumento suceder-se-á nos países em desenvolvimento, com destaque para aqueles banhados pelo Atlântico Sul.

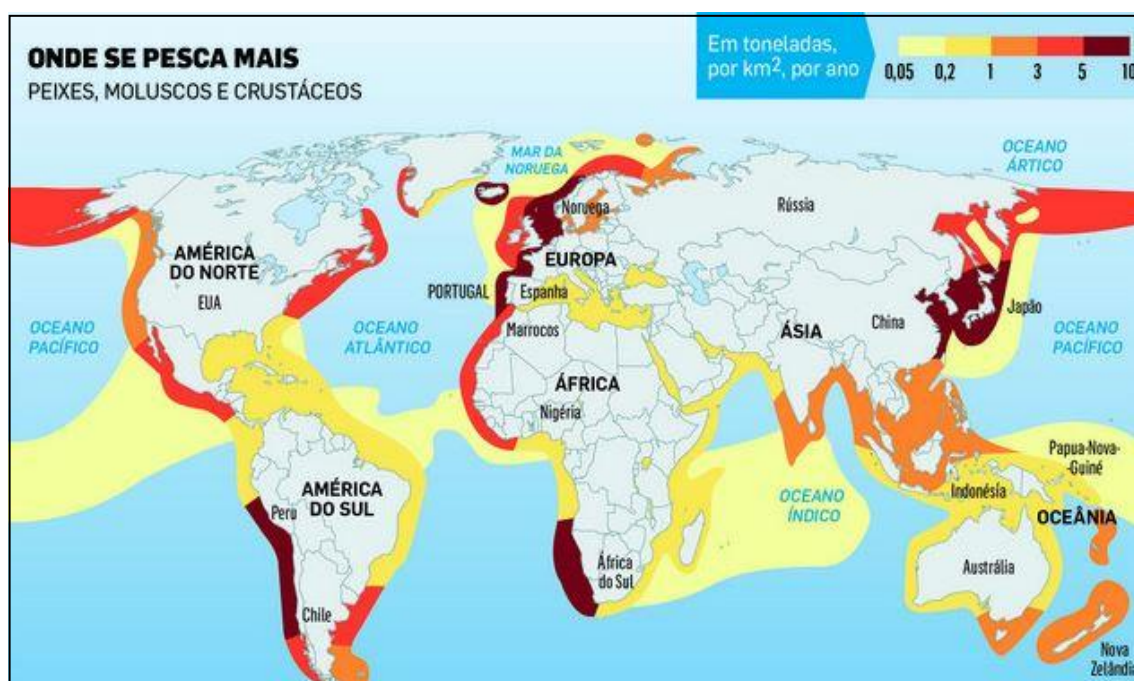


FIGURA 9 – Recursos pesqueiros no mundo

Fonte: <http://animalbusiness.com.br/falta-um-plano-eficiente-de-pesca-no-brasil/>

Face a esse cenário mundial da pesca e os potenciais marítimos e continentais de produção, o Brasil tem tudo para ser uma grande potência na produção de pescado e subprodutos. Ainda que a produção brasileira esteja longe da produção de grandes exportadores mundiais, o país começou a se consolidar como uma importante região de produtos pesqueiros nas águas do Atlântico Sul.

Cabe destacar ainda o desempenho do comércio exterior brasileiro na porção meridional do Atlântico, a qual serve como uma plataforma de ligação do Brasil com os demais países do mundo.

O bom desempenho do comércio exterior na última década, cujas exportações alcançaram US\$ 240 bilhões nos últimos doze meses e com pauta atualmente concentrada nas *commodities*, mas da qual também constam itens de alto valor agregado como aeronaves, máquinas e veículos automotores. Por volta de 90% desses fluxos comerciais são realizados pelo mar, nos quais se destaca o vigoroso crescimento do tráfego nas rotas oceânicas ligando o país aos mercados emergentes asiáticos e, especialmente, a China a partir da última década. Os principais reflexos dessa nova posição são a ampliação da escala e a diversificação do destino final dos produtos, da tecnologia e da cultura brasileira no exterior, além da maior visibilidade e fortalecimento da posição do país na cena internacional, nos organismos da governança mundial e nos temas globais mais relevantes (COSTA, 2014).

Tais nuances projetam no Atlântico Sul interesses estratégicos e econômicos associados à intensificação dos fluxos comerciais, à descoberta de importantes jazidas de insumos energéticos como gás e petróleo, em particular ao longo das plataformas continentais, à identificação de jazidas minerais e ao aumento de atividades pesqueiras.

Tem, ainda, que ser levado em consideração, segundo Luís (2015), que o Atlântico Sul não se enquadra na condição de “vazio de poder”, uma vez que a presença de potências, membros da OTAN e países detentores de regiões ou ilhas oceânicas, fazem-se sempre presentes em toda a extensão dessa porção do oceano.

O Atlântico Sul é ainda um espaço em que surgem contendas territoriais e disputas por soberania, como ocorre entre Argentina e Reino Unido, no que concerne às Ilhas Malvinas, Geórgia e Sandwich do Sul, além de surgirem disputas a respeito das propostas de extensão da plataforma continental em que Argentina e Reino Unido se contrapõem. Ademais, o Atlântico Sul tem se transformado em uma região suscetível a repercutir divergências protagonizadas por grandes potências no campo geopolítico de outros contextos, tais como o envolvimento da Rússia nas manobras militares na costa da Venezuela e os exercícios militares da OTAN com Cabo Verde (VAZ, 2010, p. 51).

Paralelo a essas circunstâncias, observa-se uma crescente atividade política no âmbito da segurança e da defesa, tanto por parte dos países sul-americanos e africanos quanto de outros atores, como os Estados Unidos e o Reino Unido, e mesmo por organizações, como é o caso da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

A política brasileira vai ao encontro dessa nova e atual preocupação com a segurança e a defesa da porção meridional do Atlântico. O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) deixa explícito que o Brasil, na relação com outros países, tem que dar ênfase ao seu entorno geopolítico imediato constituído pela América do Sul, o **Atlântico Sul** e a costa ocidental da África (grifo nosso).

Outrossim, a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) estabelecem que o País deve dispor de meios com capacidade de exercer vigilância, controle e defesa: das **águas jurisdicionais brasileiras**; do seu território e do seu espaço aéreo, incluídas as áreas continental e **marítima**. Deve, ainda, manter a segurança das **linhas de comunicações marítimas** e das linhas de navegação aérea, **especialmente no Atlântico Sul** (grifo nosso).

Assim, a região desponta como uma importante referência nas políticas de defesa do Brasil, como exposto nos documentos citados anteriormente, deixando explícito o entendimento e preocupação do país sobre a crescente relevância dessa porção meridional do Atlântico no cenário das nações.

Em síntese, todos estes aspectos, considerando-os conjuntamente, demonstram que está em curso um processo de valorização político – estratégico do Atlântico Sul cujo alcance não apenas se resume aos interesses dos países da América do Sul e da África – interessados em ampliar, naturalmente, sua presença, seu sentido de oportunidade e suas necessidades de segurança nesse espaço, mas envolve também os interesses e as ações de outros atores. Por exemplo, os Estados Unidos estão interessados em consolidar sua posição hegemônica e em elevar seu perfil internacional e os outros Estados estão preocupados em estender suas projeções territoriais, posicionando-se para a exploração de recursos marítimos, biológicos e minerais (VAZ, 2010, p. 51).

6 AS PRINCIPAIS RELAÇÕES SUL-ATLÂNTICAS

O estabelecimento de relações sul-atlânticas consistentes pode beneficiar as ações estratégicas brasileiras para a região meridional do oceano Atlântico. Há quatro estruturas multilaterais proeminentes na área de defesa para as relações do Brasil com países do Atlântico Sul. Entretanto, como já foi abordado anteriormente, apenas duas delas serão aprofundadas: a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), as quais se constituem em importantes fóruns para cooperação em temas relacionados ao oceano.

6.1 ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL

A criação da ZOPACAS foi fruto de ações do Itamaraty no intuito de obter o consenso internacional para legitimar uma área livre de armas nucleares e de outras armas de destruição em massa, realizando um ativismo diplomático junto aos países da América do Sul e da África, para viabilizar, em 1986, a Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, a qual declarou o Atlântico Sul como uma Zona⁷ de Paz e Cooperação.

Inicialmente, o conceito de zonas de paz foi associado ao conceito de zonas livres de armas nucleares (ZLAN), uma vez que se referia, juridicamente, a uma área na qual tornava-se proibida a introdução de armas nucleares e, conseqüentemente, possibilitava, à época, manter o local afastado de tensões advindas da Guerra Fria.

Diferentemente do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP)⁸, as ZLAN presumem a ausência de todo tipo de armas nucleares, no território

⁷ Geograficamente, o conceito de “zona” abrange um grupo de Estados ou uma região contígua e com contextos sócio-políticos similares, como a América Latina ou a Europa Central. Já a funcionalidade das “zonas livres de armas nucleares” reside no fato de ter como propósito prevenir a disseminação de armas nucleares, em uma determinada região, bem como evitar a introdução de conflitos com possibilidade de emprego de quaisquer tipos de armamentos nucleares (PRAWITZ; LEONARD, 1996, p. 19).

⁸ O TNP foi assinado em 1º de julho de 1968 nas cidades de Londres, Moscou e Washington e entrou em vigor internacional em 5 de março de 1970. Tal acordo possui três pilares fundamentais: não proliferação, cooperação para fins pacíficos e desarmamento, sendo a matriz do regime internacional de não proliferação nuclear e tendo o primeiro dos três pilares, a não proliferação de armas nucleares para países que não as possuem, também conhecida como proliferação horizontal, como foco principal (CALEA, 2012)

definido pelo acordo, ainda que desenvolvidas externamente, cujos Estados compartilham desses interesses comuns.

Em 1985, o presidente José Sarney afirmou, na Assembleia Geral das Nações Unidas, que “o Brasil empregará todos os esforços possíveis para preservar o Atlântico Sul como uma área de paz, protegida de armamentos, da presença de armas nucleares e de qualquer outra forma de enfrentamento originado em outras regiões.” (ONU, 1985, p. 02).

Todavia, a Resolução 41/11, além dos interesses citados acima, incluiu o conceito de cooperação no título da iniciativa, visando ao desenvolvimento econômico, ao diálogo político, à proteção do meio ambiente e à resolução pacífica de conflitos, como condições imprescindíveis para a manutenção da paz na região.

Assim, por intermédio da Resolução 41/11, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, em outubro de 1986, o projeto da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, com apenas o voto contrário dos Estados Unidos e 8 (oito) abstenções. A ZOPACAS é integrada por 24 países banhados pelo Atlântico Sul, localizados na costa ocidental da África e na costa oriental da América do Sul: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai.

Aos países do Atlântico Sul, portanto, a segurança regional foi definida não em termos de dissuasão estratégica, mas em termos de se evitar a interiorização de tensões externas, de modo a promover as condições favoráveis ao desenvolvimento da cooperação horizontal entre os países que o margeiam, para o estabelecimento de uma presença própria. Em parte, a opção pela resolução de tensões pela via diplomática devia-se ao fato de a capacidade de projeção de poder militar dos países da região ser relativamente baixa frente às potências, como observado durante o conflito das Malvinas (ALMEIDA, 1987).

Contudo, após a queda do Muro de Berlim, em 1989, um novo ordenamento internacional começou a ser definido, marcando o fim da bipolaridade e, por conseguinte, provocando uma inflexão de prioridades nas temáticas enfatizadas pela ZOPACAS. O enfoque na afirmação da paz, enquanto ferramenta para neutralizar as ameaças de confrontações bélicas trazidas de fora da região pela disputa Leste-Oeste, perdia a potencialidade inicial, na medida em que distendiam tanto a corrida armamentista e como as ameaças nucleares. Destarte, os países integrantes da ZOPACAS consideraram a necessidade de ampliar o enfoque sobre a cooperação,

dada a importância do bloco como instrumento regional para a coordenação e o diálogo nas diversas esferas de interesses comuns.

Nesse íterim, foram evidentes os esforços realizados na III Reunião Ministerial, ocorrida em Brasília, em 1994, assim como durante a IV Reunião Ministerial, sucedida na Cidade do Cabo, na África do Sul, em 1996, onde foram abordadas temáticas de cooperação, relacionadas aos assuntos que eventualmente comprometeriam a ordem política dos Estados integrantes do bloco, tais como: meio ambiente marinho, tráfico de drogas e desenvolvimento econômico. Sem, contudo, abdicar das questões clássicas de soberania e integridade territorial.

Deste modo, o conteúdo dos documentos concluídos no período posterior à Guerra Fria, mais especificamente, após a III Reunião Ministerial realizada em Brasília, promoveram mecanismos de efetivação da paz e da segurança, tanto no sentido de superar a possibilidade de conflitos advindos de tensões e intervenções externas, como no sentido de garantir que não surgissem novas fontes de ameaças aos Estados nacionais, refletidos nos seguintes pressupostos de orientação das ações políticas: reafirmação da adesão dos países membros aos princípios de respeito à soberania e integridade territorial, bem como ao fomento da democracia e pluralismo político e à defesa e promoção dos direitos humanos; reiteração do compromisso com a não proliferação de armas de destruição massiva e a não-nuclearização do Atlântico Sul; cooperação e intercâmbio de informação científica para o desenvolvimento da região do Atlântico Sul, assim como para a implementação de linhas de comunicação aérea e marítima, no interior da zona; reconhecimento da importância do acordo sobre a aplicação das disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar; e, por fim, cooperação contra a demanda, a produção e o tráfico ilícito de entorpecentes (ONU, 1994).

Não obstante, a identidade de uma vocação marítima dos países da região ainda é muito incipiente. E essa situação é agravada pela presença extrarregional de potências marítimas no Atlântico Sul. O Reino Unido é o principal exemplo, já que mantém a posse de importantes ilhas no Atlântico Sul, como Ascensão e Falklands, que podem ser utilizadas como base militar para introdução de armamentos nucleares ou atividades bélicas alheias à região, potencializando o risco de interiorização de tensões e conflitos externos à área.

Ademais, o discurso de singularidade do Atlântico Sul, invocado pelo governo brasileiro no contexto da aprovação da Resolução 41/11, dado o baixo nível de militarização em relação aos demais espaços oceânicos, representou apenas uma retórica para angariar o apoio internacional, no sentido de minimizar as possibilidades de conflito na área. A despeito disso, os Estados Unidos da América, maior potência naval do mundo, jamais reconheceram a Resolução, demonstrando

que a região sul-atlântica, do ponto de vista político, continua vulnerável ao unilateralismo externo.

Reforçando possíveis ingerências externas na região do Atlântico Sul, países ligados ao círculo político do Atlântico Norte retomaram a proposta de firmar parcerias com países da porção meridional do oceano, possibilitando a ampliação do campo de ação da OTAN, em reunião realizada na Espanha, em 2009. Diante desse quadro, o Brasil manifestou preocupação com a possível expansão dessa organização para o Atlântico Sul e esforçou-se em revitalizar a ZOPACAS, adormecida nos idos do final do século XX e início do século XXI, para a discussão e definição de temas sensíveis, como a não delimitação das plataformas continentais dos países africanos que poderia tornar legalmente factível que outros Estados obtivessem direitos de exploração comercial dos recursos situados naquela faixa.

A reativação da IV Esquadra dos Estados Unidos, a criação do Comando da África (AFRICOM) e a retomada da proposta da OTAN de firmar parcerias com países do Atlântico Sul, sob a égide do conceito de “Bacia do Atlântico”, em reunião realizada em Lisboa, inspirou desconfianças no Brasil. À época, o Ministro brasileiro da Defesa, Nelson Jobim, em diversas oportunidades, manifestou preocupação com a possibilidade de associação entre o Norte e o Sul do Atlântico, ressaltando a existência de características particulares na região do Atlântico Sul, que conformam uma comunidade de interesses autônoma. Em intervenção na Conferência Internacional sobre o Futuro da Comunidade Transatlântica, realizada em setembro de 2010, no Instituto de Defesa Nacional, em Lisboa, Jobim ressaltou que as questões de segurança relacionadas às duas esferas do oceano Atlântico são distintas e, portanto, requerem respostas diferenciadas. O ex-ministro brasileiro, embora não tenha explicitado quais seriam as questões de segurança, também salientou que tais respostas serão mais eficientes e legítimas quanto menos envolverem organizações ou Estados estranhos à região (BRASIL, 2010, p. 03).

A preocupação demonstrada pelo ex-ministro brasileiro justifica-se pelo fato de a maioria dos países africanos ainda não ter realizado o levantamento e delimitação da plataforma continental, de modo a permitir soberania sobre uma área de potenciais recursos minerais ainda inexplorados. Deste modo, a delimitação da extensão da área internacional do leito oceânico do Atlântico Sul poderia tornar legalmente possível que outros Estados obtenham direitos de exploração comercial dos recursos situados nessa faixa.

A VII Reunião Ministerial da ZOPACAS, realizada em Montevidéu, em 2013, teve como principal objetivo revitalizar a proposta e os trabalhos do acordo e contou com a presença de todos os países que o integram. No encontro, o então ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antônio Patriota, ressaltou que a agenda de

trabalho da ZOPACAS deverá compor-se de três pontos centrais: 1 – desarmamento e não proliferação nuclear; 2 - cooperação; 3 - temas econômicos. Defendeu, ainda, a revitalização da ZOPACAS como fórum regional, para organização do espaço sul-atlântico, com destaque para o intercâmbio de informações sobre defesa – Livros Brancos, estratégias nacionais ou doutrinas – e exercícios militares conjuntos.

Assim como Jobim e Antônio Patriota, o ex-Ministro da Defesa brasileiro, Celso Amorim (2011-2014), também reforçou a importância da ZOPACAS para a defesa do Brasil. No I Seminário de Defesa e Salvamento, ocorrido em outubro de 2013, em Salvador, na Bahia, Amorim afirmou que o Atlântico Sul não deve ter lugar para os conflitos de outros oceanos. Para ele, o uso pacífico do mar, a desnuclearização da região e as agendas de segurança de navegação, combate à pirataria, narcotráfico e outros ilícitos seriam essenciais à região. Em suas palavras: “quanto mais cooperamos, menos espaço teremos para interferências externas” (BRASIL, 2013).

Isto posto, pode-se inferir, parcialmente, que a iniciativa brasileira de estabelecer no Atlântico Sul uma zona de paz e cooperação, em meados dos anos 1980, contou com o respaldo da maioria dos países da região, demonstrando uma visão estratégica regional comum sobre a necessidade de um mais profícuo método coordenado de aproveitamento do oceano. No entanto, a convergência demonstrada na articulação e incentivo à proposta da ZOPACAS não resulta necessariamente em visões estratégicas semelhantes ou possibilidades de articulação política conjunta, que permitam estabelecer uma dinâmica própria, em termos de segurança e desenvolvimento regional. Agregue-se a isto, que a crescente valorização do espaço oceânico do Atlântico Sul, na política internacional, bem como a pluralidade de interesses dos atores presentes neste espaço dificultam a formulação de estratégias conjuntas, ainda que exista a percepção da necessidade de convergência de interesses, como demonstrado na proposta de uma zona de paz e cooperação.

6.2 COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Como visto anteriormente, a ZOPACAS é um importante mecanismo para aglutinar os países do Atlântico Sul em torno de temas securitários, geopolíticos e econômicos. Nesse mesmo contexto da relevância Sul-Atlântica para o Brasil, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) também se aprofundou como pauta prioritária de Brasília, servindo como ferramenta de complementação às relações bilaterais dos seus países membros.

Desse modo, concorda-se com Miyamoto (2009), pois a presença do Brasil na CPLP pode ser compreendida sob dois vieses:

De um lado, no uso da mesma para projetar os interesses brasileiros no exterior, ou seja, uma instrumentalização feita pela política externa brasileira, visando maximizar o uso de todos os recursos possíveis existentes, inclusive para ocupar espaços maiores do que outros países junto às nações que fazem parte da comunidade; por outro lado, pode-se, igualmente inferir que, apesar do “pragmatismo” de sua política externa, o Brasil também pensa em termos de atuação conjunta da CPLP para atender interesses globais que não seriam possíveis de se obter individualmente (MIYAMOTO, 2009).

Assim, o Brasil, protagonista da comunidade juntamente com Portugal, pode influenciar nos rumos da organização, no sentido de ampliar os temas de cooperação, notadamente na área de defesa e segurança regional, para garantir seus interesses no Atlântico Sul, os quais seriam mais difíceis de serem alcançados caso o país estivesse agindo de forma isolada.

Alinhado diretamente com essa possibilidade, foi criado, em 1998, na I Reunião dos Ministros de Defesa Nacional dos Países da CPLP⁹, o Centro de Análise Estratégica para os Assuntos de Defesa da CPLP (CAE/CPLP). O centro é constituído pela sede em Maputo, Moçambique, e pelos Núcleos Nacionais localizados em cada Estado membro, dos Ministérios da Defesa¹⁰.

Com a criação do CAE/CPLP foi notório o fortalecimento do diálogo sobre as dinâmicas da segurança e defesa na Comunidade, o exemplo mais expressivo são os Exercícios “FELINO”, que consistem em uma Força-Tarefa Conjunta e Combinada (FTCC) entre as Forças Armadas dos nove Estados-membros da CPLP conduzidas em território dos membros, no âmbito das Operações de Paz e Assistência Humanitária.

A FTCC tem a participação de representantes das Forças Armadas brasileiras (Marinha, Exército e Força Aérea), além de militares oriundos de Angola,

⁹ A I Reunião dos Ministros de Defesa Nacional dos Países da CPLP foi uma iniciativa de Portugal ocorrendo fora dos quadros institucionais da Comunidade, sendo que o Brasil compareceu apenas como observador, e só partir de 2002, na IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília, que a cooperação na área da Defesa foi incluída ao estatuto da CPLP e as reuniões de Ministros da Defesa, passaram a realizar-se no quadro das outras reuniões ministeriais (FIGUEIREDO, 2013).

¹⁰ O Centro de Análise é o órgão responsável por promover pesquisas na área da estratégia considerando as necessidades dos países da Comunidade, ele atua desenvolvendo estudos que viabilizem a atualização e aplicação de doutrinas e procedimentos, no domínio da defesa, de interesse comum dos países. O Centro também criou um arquivo, divulgando trabalhos a respeito de suas atividades, outro objetivo importante do CAE/CPLP é habilitar, por meio do conteúdo obtido a partir de suas pesquisas, entre os Estados membros, a tomada de posições concertadas nos diversos fóruns internacionais (CPLP, 2015).

Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

A série FELINO foi criada para normatizar a realização de exercícios militares conjuntos e combinados, fomentando a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados-membros da CPLP, bem como o treino para o uso das mesmas em Operações de Paz e de ajuda humanitária, no quadro da CPLP ou das organizações regionais, sendo, em qualquer um dos casos, sempre sob a égide da ONU.

Os Exercícios FELINO são uma referência na componente de defesa da Comunidade, sendo apontados como um bom exemplo do crescimento institucional que se tem assistido nesta década de CPLP. Estes nasceram praticamente com a componente de defesa, principalmente quando se pretendeu aproveitar estrategicamente um dos melhores mecanismos de cooperação efetiva entre os países lusófonos, que constitui a Cooperação Técnico-Militar (BERNARDINO e LEAL, 2011).

Ainda segundo Bernardino e Leal (2011), os exercícios têm se consolidado em um mecanismo de interoperabilidade e reforço da operacionalidade das Forças Armadas dos Estados-membros.

O Brasil tem consolidado o papel da CPLP em sua política externa e de defesa, especialmente a partir de 2003. A participação e liderança no planejamento e execução dos Exercícios FELINO tem se tornado marca dessa atividade militar, que ocorrem pela terceira vez em território brasileiro no ano de 2017.

Outrossim, visando estabelecer as diretrizes gerais e formalizar a cooperação na área da segurança, em 2006, durante a “Cúpula da Década”, em Bissau, os países da Comunidade assinaram o Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa. No documento, os seis órgãos do domínio de defesa na CPLP foram determinados e tiveram seu funcionamento definidos, tencionando a promoção da cooperação nessa esfera, por meio da sistematização e clarificação das atividades a serem realizadas. Foi criada ainda uma plataforma comum de conhecimentos em matéria de Defesa Militar, contribuindo assim para o desenvolvimento das capacidades internas com a finalidade de fortalecer as Forças Armadas dos Estados da Comunidade.

Ademais, o Protocolo identifica os vetores fundamentais, que se constituem como mecanismos para a afirmação da componente de Defesa da CPLP como instrumento para a manutenção da paz e segurança, reunindo as linhas orientadoras da ação da Comunidade, tais como:

[...] a solidariedade entre os Estados membros, a sensibilização das comunidades nacionais sobre a importância e o papel das Forças Armadas e cada um dos países na defesa da sua nação, a troca de informações estratégicas, diria mais ousadamente, a partilha de informações que visem reforçar a defesa dos nossos países à luz das ameaças e desafios do entorno global, a formação militar, o prosseguimento dos Exercícios Militares FELINO, o desenvolvimento de sinergias para o reforço do controlo e fiscalização dos espaços marítimos de cada um dos nossos países e outros como o fórum de saúde militar, a conferência de marinhas e outras ações que possam reforçar a afirmação da componente de Defesa da Comunidade (AZEVEDO e BERNARDINHO, 2016).

Além disso o protocolo de cooperação (2006) afirma que os países da CPLP enfrentam crescentes desafios e ameaças afetando diretamente a segurança das populações, como o terrorismo, a criminalidade organizada transnacional, principalmente associada ao tráfico de pessoas, de armas e de drogas, a pirataria, os ciberataques, as alterações climáticas, a poluição marítima, a pesca ilegal, entre outras, que prejudicam o desenvolvimento de cada um dos nove países e reforçam a necessidade de fortalecer e implementar mecanismos eficazes de cooperação no âmbito da comunidade.

Cresce de importância, portanto, uma proposta mais concreta com o objetivo de promover a concertação política entre os países da CPLP com o propósito de salvaguardar o Atlântico Sul dos escusos interesses extrarregionais e dos crescentes desafios, identificando possíveis temáticas de cooperação.

A CPLP não é remédio para todos os males. Trata-se de um instrumento político-diplomático, destinado a promover a aproximação entre seus membros e forjar parcerias. Não substitui, mas sim complementa e fortalece a ação bilateral. Os seus objetivos são de longo prazo, suas regras são democráticas, seu espaço aberto à colaboração de outros parceiros, público e privados, intra e extrazona (PIMENTEL, 2000).

Desta feita, pode-se concluir, parcialmente, que a CPLP é um mecanismo político vital de atuação no Atlântico Sul, concebido como área de atenção e interesse natural o Brasil. Nesse escopo, a prioridade do país na CPLP se identifica no espectro da cooperação sul-sul, da posição de liderança regional e da defesa do sistema mundial multipolar, com base nas coalizões ao Sul. O compartilhamento entre os Estados-membros da CPLP de valores como a soberania, a resistência frente às pressões de forças hegemônicas políticas e econômicas externas, além da projeção de uma ordem mais simétrica nos relacionamentos internacionais os une e fortalece a organização.

7 OS ATUAIS DESAFIOS EXISTENTES NA PORÇÃO MERIDIONAL DO ATLÂNTICO

O Atlântico Sul, fruto de sua importância crescente no cenário das nações, compele aos seus países costeiros desafios de diferentes matizes. Dos desafios, que se apresentam ao Brasil, o trabalho em tela colocou em relevo: a presença de grandes potências, como os Estados Unidos da América (EUA), a Inglaterra, a França e a China; a pirataria, em particular, na costa atlântica da África; o tráfico; e o terrorismo.

7.1 A PRESENÇA DE GRANDES POTÊNCIAS

O Atlântico Sul foi considerado, durante a Guerra Fria, como uma região de “vazio de poder”, ou seja, uma área em potencial para projeção da presença soviética ou norte-americana, haja vista a retirada das potências coloniais europeias do local. Entretanto, a Guerra das Malvinas, em 1982, levantou alguns questionamentos a respeito da ideia sobre esse vazio na porção meridional do Atlântico. Assim, apesar da inexistência de interesses declaradamente acintosos de países sobre o Atlântico Sul, a presença de grandes potências já é uma realidade, marcadamente de Inglaterra, EUA, França e China.

Essa nova dinâmica de relações envolve, num mesmo cenário, a convergência e a divergência de antigos e novos objetivos estratégicos dos estados costeiros e outros de fora da região e o resultado é que tem aumentado o potencial de fricções em geral sob a forma de litígios, conflitos diplomáticos e até enfrentamentos armados.

7.1.1 Inglaterra

O Reino Unido é uma das potências mais presentes no Atlântico Sul, pois detém a soberania de um conjunto de ilhas e arquipélagos, ao longo de toda a extensão geográfica neste oceano, a saber: ilha de Ascensão, ilha de Santa Helena, o arquipélago de Tristão da Cunha, ilhas Malvinas, ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul. Algumas dessas ilhas são habitáveis, sendo importantes bases de apoio, no contexto mundial, como Ascensão, que prestou serviços ao Ocidente no período da

Guerra Fria. Apesar de ser uma ilha vulcânica e montanhosa (e, por isso, não ser adequada para a instalação de uma base militar), Ascensão abriga um importante aeroporto e uma base aérea compartilhada com os Estados Unidos.



FIGURA 10 - Ilhas Inglesas no Atlântico Sul
Fonte: Poder Naval (2010)

A presença de possessões coloniais insulares de uma grande potência é, em si, fator de instabilidades e este foi o estopim do confronto militar entre Argentina e Inglaterra pelo domínio das Malvinas (Falklands), em 1982. Esse conflito foi deflagrado pela invasão das Ilhas pelas forças argentinas, seguida pela reação britânica que deslocou para o teatro de operações uma poderosa força-tarefa. Após três meses de batalhas, o conflito culminou com a derrota e a rendição das tropas argentinas e a retomada do domínio da Inglaterra sobre essas ilhas.

Durante a guerra da Malvinas, pôde-se observar o papel destacado da Ilha de Ascensão no apoio logístico às operações militares britânicas na região. Localizada na porção setentrional do Atlântico Sul a aproximadamente dois mil km de Recife e a seis mil km das Malvinas, nela encontra-se em operação, desde a Segunda Guerra Mundial, uma base aérea norte-americana, além de estratégico centro de monitoramento e vigilância eletrônicos com fins civis e militares. Trata-se de estreita parceria de Inglaterra e Estados Unidos que replica no Atlântico Sul o alinhamento automático que mantém há pelo menos um século e que hoje é ilustrado pelas ações militares conjuntas no Iraque, no Afeganistão, na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e em outras bases militares operadas em consórcio, como é o caso da sua poderosa força aeronaval conjunta na Ilha Diego García no Oceano Índico (COSTA, 2014).

Outrossim, segundo Costa (2014), atualmente, o mais destacado aparato militar em águas do Atlântico Sul é aquele implantado pela Inglaterra nas Ilhas Malvinas. Esse país dispõe ali de instalações militares de grande porte envolvendo forças aéreas e navais de última geração, tais como navios de combate e de patrulha, avião bombardeiro e de transporte, aviões de caça, helicópteros e, ainda que não admitido oficialmente, submarino nuclear patrulhando essa região. Além disso, documentos oficiais britânicos, tais como o *Securing Britain in an Age of Uncertainty: The Strategic Defence and Security Review* e *The Strategic Defense and Security Review*, destacam expressamente que um dos focos prioritários da estratégia do país em segurança é o de prevenir e enfrentar com presteza e eficiência riscos e ameaças nos territórios de ultramar e, especialmente, os *South Atlantic Overseas Territories*. Entre esses, aparece com destaque a manutenção a todo custo da sua soberania sobre as Malvinas, as quais, na visão inglesa, são denominadas de Falklands, gerando preocupantes fricções no Atlântico Sul.

Evidência dessas fricções é a recente decisão argentina de proibir a atracação em seus portos de navios com procedência ou destino envolvendo essas ilhas e seu esforço para a fortificação de instalações militares na porção sul do seu litoral. O Reino Unido, por seu turno, alterou o estatuto legal-institucional da sua antiga possessão, que conta hoje com cerca de três mil habitantes, transformando-a numa espécie de departamento de ultramar com governo e parlamento próprios e relativa autonomia. Com isso, ainda que formalmente, tem condições de alegar que o Arquipélago deixou de ser simples possessão colonial. Adicionalmente, o novo governo de Falklands promoveu a realização de plebiscito junto à população (os kelpers), em 2013, e a quase totalidade decidiu que se considera pertencente ao Reino Unido (COSTA, 2014).

Percebe-se que, para o Reino Unido, a posse das *Falklands* é de extrema importância estratégica. Além de seguir como base para a projeção inglesa à Antártica, a Inglaterra possui o direito de exploração dos recursos naturais existentes nas águas territoriais das ilhas. Além disso, somam-se às ilhas Malvinas, as Geórgias e Sandwich do Sul, e as ilhas de Santa Helena, Tristão da Cunha e Ascensão, permitindo a potência britânica ser presente no Atlântico Sul desde a costa da Argentina até o sudoeste africano. Por conseguinte, a Grã-Bretanha estabeleceu uma presença destacada ao longo do Atlântico Sul, o que, atualmente, confere-lhe uma capacidade estratégica singular, amparado em uma das Marinhas mais bem equipadas do mundo, permitindo ao Reino Unido fazer-se presente nos três triângulos estratégicos da região, muito bem delineados por Therezinha de Castro.

7.1.2 Estados Unidos da América

Desde a Guerra Fria, os Estados Unidos detinham mecanismos militares de controle sobre o Atlântico Sul ainda que o mesmo ocupasse uma posição marginal na geoestratégia das superpotências. A importância dessa porção meridional do Atlântico restringia-se a servir como uma rota marítima e como fonte de recursos energéticos. Sabe-se, assim, que a criação daqueles mecanismos foi resultado de uma sequência de eventos relacionados à bipolaridade que se formou após a Segunda Guerra Mundial, os quais tinham por objetivo exclusivo defender essa área da ameaça soviética.

Além disso, consoante aos estudos de Horing, Weber e Closs (2014), pode-se dizer que a falta de uma ameaça aparente nessas águas fez com que os EUA reduzissem seu orçamento militar para a região. No entanto, as turbulências ocorridas no sistema internacional em razão dos atentados terroristas contra as embaixadas estadunidenses em Nairobi e em Dar El Salaam, em 1998, e do ataque de 11 de Setembro, em 2001, no próprio território dos Estados Unidos, fez com que o país passasse a adotar uma doutrina mais significativa para o Atlântico Sul.

Nos últimos anos, até os Estados Unidos com o seu imenso poder político-estratégico tem dirigido um olhar mais atento para essa região e passou a incluir o Atlântico Sul na sua “tela de radar global”. Além da parceria com o Reino Unido na Base Militar de Ascensão e no seu indisfarçável apoio aos britânicos no litígio envolvendo as Malvinas, os EUA adotaram duas medidas abrangentes com potencial de impacto macrorregional. A mais importante delas foi a **recriação da IV Frota** em 2008 que operará preferencialmente nas Américas Central e do Sul e no Caribe sob a coordenação do Southern Command. A segunda, com projeção estratégica indireta, mas não menos importante, foi a implantação recente de bases militares em território colombiano (Plano Colômbia) que a pretexto de apoio a esse país no combate ao narcotráfico e às FARC passou a dispor de poderoso aparato militar, sobretudo o aéreo, cujo poder de ataque alcança agora a escala da América do Sul Setentrional, incluindo o Caribe Meridional e a borda noroeste do atlântico Sul (COSTA, 2014, grifo nosso).

Não existe um consenso sobre as reais motivações dos norte-americanos para a recriação da IV Frota e não se deve levar ao pé da letra a versão oficial de que essa nova força naval não contará com meios militares próprios e, portanto, que desempenhará apenas funções de coordenação dos dispositivos que já operam na região. Em outros termos, um ajuste de natureza organizacional. Mas os analistas do meio especializado preferem explicar essa recente movimentação estratégico-militar dos EUA a partir de outras hipóteses.

A primeira é que se trata de rearranjo no nível da coordenação operacional e regional da força naval, como resposta, principalmente, à rápida ascensão do poder econômico e político do Brasil na América do Sul e no Atlântico Sul, o que requer medidas destinadas a contrastar essa influência, ainda que o faça sob o signo do ambiente de paz e cooperação nas relações entre as duas nações. A segunda defende que o Pentágono decidiu fortalecer seus sistemas de segurança e defesa no Atlântico Sul com os olhos dirigidos principalmente para a África Ocidental e Meridional, fator que também teria justificado a criação do U.S. Africa Command. A terceira é que se trata de movimento de largo espectro que visa ajustar os focos do monitoramento e da vigilância das rotas oceânicas cada vez mais importantes que conectam o Atlântico ao Índico e ao Pacífico, ou mais especificamente, à Costa Oriental da África, ao Golfo Pérsico, à Ásia Meridional, ao Sudeste Asiático e à Ásia do Pacífico. Por último, esse adensamento da presença militar da potência hegemônica pode corresponder à estratégia de contenção dos movimentos do governo venezuelano nos últimos anos que é, como se sabe, francamente antiamericano. Dentre esses, ressalte-se as compras de armamentos da China e especialmente os acordos de cooperação militar com a Rússia envolvendo vultoso programa de aquisição de equipamentos militares (embarcações, helicópteros, aviões de caça e tanques, principalmente) e a realização de manobras navais conjuntas em águas do Caribe (COSTA, 2014).

Quanto à projeção norte americana no continente africano, pode-se afirmar que o comércio dos Estados Unidos com a África Subsaariana aumentou significativamente no início deste século, principalmente recursos energéticos, para mitigar a sua sujeição ao comércio do Oriente Médio.

O comércio dos Estados Unidos com a África Subsaariana, em 2011, foi de US\$ 95 bilhões, com previsão de aumento de 20% em 2012. Desde o início do século XXI, o montante aumentou aproximadamente 300% o que comprova a crescente importância da região para esse país. Além disso, a região é de extrema importância para a obtenção de petróleo, gás e outros recursos naturais, ganhando destaque o Golfo da Guiné e Angola, o que acaba de se tornar uma alternativa aos Estados Unidos a reduzir sua dependência do Oriente Médio (PAIVA, 2015).

Ainda segundo Paiva (2015), os Estados Unidos, como potência marítima mundial e vencedora da Guerra Fria, têm presença naval constante em todas as regiões do globo, sendo sua presença acentuada no Atlântico, uma vez que integra e lidera a OTAN, conforme a figura de Nr 11. Os Estados Unidos dividem o mundo em áreas de atuação, sendo o Atlântico Sul dividido entre o Comando Sul (correspondente a América do Sul) e o Comando da África (AFRICOM), criado recentemente, entre 2007 e 2008, com sede na Alemanha. O Comando Sul já existia desde os anos de 1950, com sede na Flórida, mas não possuía uma força naval permanentemente sediada. Em 2008, foi anunciada pelos Estados Unidos a criação da Quarta Esquadra vinculada ao Comando Sul, responsável pela proteção dos interesses norte-americanos nas regiões da América do Sul, Central e Caribe. O

Comando Sul também é responsável pela defesa do Canal do Panamá. O esforço demonstrado pelo governo norte-americano na reestruturação do Comando Sul e na criação do Comando da África reflete a crescente importância do Atlântico Sul para a segurança e os interesses dos Estados Unidos.

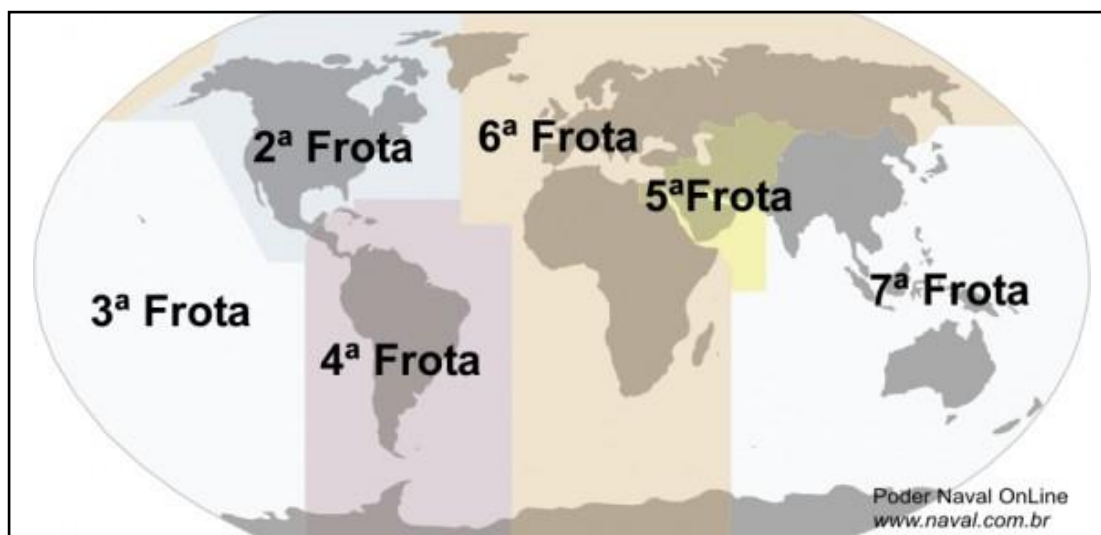


FIGURA 11 - As Frotas dos EUA
Fonte: Poder Naval (2010)

Como se pode notar os Estados Unidos têm esquadras e frotas em todas as latitudes do globo. Tais fatos demonstram que a capacidade de atuação do poder naval norte-americano é de alcance mundial e está presente em qualquer oceano, incluindo o Atlântico Sul, região de extensão natural do Atlântico Norte, cenário de atuação da OTAN. Além disso, eles não são signatários da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982, e, no que concerne especificamente ao Atlântico Sul, foi o único país a votar contra a criação da ZOPACAS, em 1986, alegando a doutrina de liberdade dos mares.

7.1.3 França

Ainda que em menor proporção, a França também se faz presente no Atlântico Sul tanto no lado da costa sul-americana como na costa africana. Desde o processo de independência dos países africanos, a França, antiga metrópole de alguns países, busca de alguma forma estabelecer influência sobre os países nascentes. Pode-se deduzir que o principal objetivo francês na África é a aquisição de matérias-primas e a obtenção de Estados consumidores. De certa forma, as ex-colônias francesas possuem relativa dependência da antiga metrópole, constatando

como exemplo a Comunidade Financeira Africana (CFA) que adota o Franco como moeda local.

Ainda que com o fim da Guerra Fria essa dependência tenha se reduzido, vê-se a manutenção de relações assimétricas e vínculos de dependência econômica. Aliás, o Livro Branco de Defesa da França, de 2008, caracteriza a África como zona de interesse francês, sendo-o fundamental estabelecer influência na área para a manutenção do status da França como grande potência. Dentre tantos, destaca-se o interesse francês em petróleo e metais, especialmente o urânio do Níger. A partir de 2002, o país realizou intervenções na Costa do Marfim, no Chade, na Líbia, e no Mali. Ainda hoje, a França atua em missões de paz lideradas pela ONU na Costa do Marfim e na República Democrática do Congo. Além disso, cabe dizer que a França possui bases militares tanto no Gabão como no Senegal. Por último, a França se faz presente também no Atlântico Sul em função da posse da Guiana Francesa. Para França, esse território é de extrema importância por, sobretudo, dois motivos: a existência do centro de lançamentos da Agência Espacial Europeia, em Kourou e o direito de exploração dos recursos marítimos na região em função da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM)¹¹. Detentora de uma grande força aérea, é essencial para a França uma base no Atlântico Sul como forma estratégica de controle de suas esferas de influência e de suprimento aos aviões (HORING; WEBER; CLOSS, 2014).

Outrossim, segundo Faria (2011), a França também é uma grande potência marítima, com um poder naval capacitado a atuar em diversas regiões do globo, além de ainda possuir territórios ultramarinos espalhados pela América, Oceania e África, o que justifica a necessidade de um poder naval capaz de manter os interesses franceses nessas regiões. De acordo com o Livro Branco de Defesa da França, existem diversas áreas passíveis de intervenção ou que preocupam o governo francês e que, em caso de potencial conflito, a Marinha da França tem capacidade de intervir, no prazo de três dias. Quatro delas encontram-se no Atlântico Sul, são elas: foz do rio Amazonas, litoral do sudeste brasileiro, e outras duas áreas próximas ao Golfo da Guiné.

Dessa forma, a presença da França na região, apesar de ser mais diminuta se comparada ao Reino Unido e aos EUA, é estrategicamente planejada e tem suporte em uma pujante Marinha. Segundo o próprio Livro Branco de Defesa da França, a

¹¹ A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), concluída em 10 de dezembro de 1982, em Montego Bay, Jamaica, é resultante de um contínuo esforço de negociação da comunidade internacional com o propósito de equacionar, sob um espírito de compreensão e cooperação mútuas, as questões relativas ao Direito do Mar. A CNUDM estabelece o conceito de linhas de base a partir das quais passam a ser contados: o mar territorial (até 12 milhas náuticas), a zona contígua (até 24 milhas náuticas), a zona econômica exclusiva (200 milhas náuticas) e o limite exterior da plataforma continental além das 200 milhas, bem como os critérios para o delineamento do limite exterior da plataforma.

Marinha francesa tem a capacidade de intervir no prazo de três dias na maior parte das áreas passíveis de intervenção. Consequentemente, caso algum interesse dos franceses seja contrariado na região do Atlântico Sul, eles podem fazer estas intervenções, pois possuem navios permanentemente em condições de serem empregados, projetando o Estado francês como um importante ator na região.

7.1.4 China

Detentora de uma grande extensão territorial e de um enorme poder econômico, a China tem reforçado sua presença em ambos os lados do Atlântico Sul, como forma de garantir fomentos para sua crescente expansão no cenário internacional.

Desde o final dos anos 1990, a China vem implementando uma estratégia chamada de *Going Out* a qual tem por objetivos o controle de recursos naturais, em especial, os energéticos. Essa estratégia utilizou, em grande parte, exercícios de *soft power*, articulando com o *hard power* e o investimento significativo na modernização. Esse tipo de estratégia levou a China a se direcionar para áreas fora da Ásia, em especial a África e a América Latina, procurando garantir o controle sobre recursos estratégicos fundamentais para sua segurança energética assim como uma diversificação de mercados. Dentre seus principais parceiros, cabe destacar países centrados na orla do Atlântico Sul como a Nigéria, a Angola e a África do Sul, na costa africana, e o Brasil e a Argentina, na costa da América do Sul. Diferentemente das outras potências como Estados Unidos e Grã-Bretanha, a presença chinesa no Atlântico Sul não está relacionada à posse de ilhas nesse espaço marítimo, mas a atuação desse país, tanto num âmbito comercial, financeiro e de investimento, nesses países margeados pelo Atlântico Sul (NEVES, 2013).

Ainda segundo Neves (2013), a China destaca-se como grande importadora de petróleo de países africanos, cabendo mencionar Angola como o segundo maior fornecedor da China com 12% do total de importações chinesas em 2012. Apesar da forte dependência do Oriente Médio com relação à importação de combustíveis fósseis, a China tem se esforçado em diversificar seus países fornecedores voltando sua atenção à África e à América do Sul. Além disso, de um modo geral, a China tem alavancado seu comércio com os países das duas costas do Atlântico, como visível na tabela de Nr 2.

TABELA 2 - As relações comerciais da China no Atlântico Sul

	Importações (milhões de euros)	Exportações (milhões de euros)	Comércio (milhões de euros)	Comércio total (%)
Brasil	39 714	24 028	63 742	2,4%
Argentina	4 737	6 414	11 151	0,4%
Venezuela	8 680	4 919	13 599	0,5%
África do Sul	12 173	10 083	22 257	1,4%
Angola	18 774	2 098	20 872	0,8%
Nigéria	1 092	6 940	8 032	0,3%
Total	85 170	54 482	139 653	5,8%

Fonte: Neves (2013)

Ainda sobre o aspecto do investimento, a questão da insegurança alimentar na China, agravada nos anos de 2007-2009, resultou numa preocupação do país em adquirir terras agrícolas em países com disponibilidade para a produção de alimentos.

A China destaca o potencial brasileiro em contornar a situação vivida pelo país. Outro ponto que tange a questão da insegurança alimentar é o fato de que os países costeiros do Atlântico Sul possuem direitos à pesca, um dos fatores centrais nas disputas territoriais (Mar do Sul da China) em que a China tem estado envolvida. Dessa forma, juntamente com a Noruega e a Coreia do Sul, a China é um dos principais atores na pesca do *krill* nas águas do Atlântico Sul (NEVES, 2013).

No que tange o Atlântico Sul, ainda sob a ótica de Neves (2013), esse país também visualiza uma dimensão de *hard power*, relacionada a consolidação do poder naval chinês. Sabendo que a maior parte das trocas comerciais da China ocorre por meio marítimo, é essencial para a sua prosperidade uma marinha organizada, respondendo, caso necessário, às ameaças como a pirataria e o crime organizado transnacional. Além disso, diante da presença chinesa em ambos os lados do Atlântico Sul e a proteção do seu acesso aos recursos energéticos, é de interesse do país uma capacidade naval capaz de garantir a segurança tanto da exploração como do transporte desses recursos. Cabe mencionar que a China também vem dando apoio a investimentos na capacidade naval dos Estados do Atlântico Sul, como nos casos da Nigéria e da Namíbia, representando, mais uma vez, um reforço para sua influência na área.

Dessa forma, entende-se que a China, buscando contornar problemas internos de cunho energético e social, projeta no Atlântico Sul um espaço de

afirmação de interesses e construção de alianças. Diante de um mundo multipolar e do acelerado crescimento chinês, o governo desse país ponderou que os custos com investimentos e financiamentos em países margeados pelo Atlântico Sul seriam menores que os benefícios adquiridos com as alianças no continente africano e sul-americano. É fundamental para o país mais populoso do mundo o aumento de sua margem de manobra no globo como um todo. Já se pode imaginar que essa estratégia diplomática chinesa, a qual vêm alargando sua presença no Atlântico Sul, pode gerar um cenário de potencial tensão com os Estados Unidos que vêm se esforçando em consolidar sua posição na região com a reativação da IV Frota e a criação do AFRICOM.

7.2 PIRATARIA

Existe um outro problema, bastante antigo no mundo, que aflige as águas outrora serenas do Atlântico Sul e que pode colocar em risco a segurança nacional dos países da região - a pirataria marítima. Essa atividade atroz já era comum na costa leste africana, sobretudo na região conhecida como Chifre da África, desde o início da década de 1990. E, recentemente, fatos apontam que piratas migraram para a costa oeste do continente, principalmente junto ao Golfo da Guiné, o que coloca em risco a segurança da navegação comercial no Atlântico Sul.

A região do Golfo da Guiné, que se estende de Cabo Verde a Angola, é o principal centro de tráfego e plataforma do rápido crescimento económico da região, o qual tem aumentado a uma média de 7 por cento desde 2012. O Golfo da Guiné também se transformou numa plataforma global de aprovisionamento de produtos energéticos pois transitam pelas suas águas importantes quantidades de todos os produtos petrolíferos consumidos na Europa, América do Norte e Ásia. Em 2012, o Golfo da Guiné superou o Golfo de Áden (de má fama devido à ocorrência de sequestros no alto mar) como a região do mundo que maior número de ataques de pirataria tem sofrido. Os assaltos cometidos também foram sendo cada mais violentos. Dada a escassez de meios de segurança marítima ao largo da costa ocidental africana, os narcotraficantes da América do Sul descobriram nesta região uma atraente rota de tráfico para a Europa. O Golfo da Guiné é assolado pelo roubo de petróleo e o aprovisionamento ilegal de produtos petrolíferos. Só a Nigéria perde por dia 40.000 a 100.000 barris de petróleo devido ao roubo. Estima-se que a pesca ilegal, não regulamentada ou não declarada represente 40 por cento das capturas anuais da região, sendo nas águas da África Ocidental que se regista o mais alto nível de pesca ilegal do mundo (ANYIMADU, 2013).

Os Estados Unidos, atuam na região mediante sua agência especializada do Departamento de Defesa, a AFRICOM, possuindo diversos projetos para a estabilização da região, graças a sua importância como ofertadora de petróleo.

Em 2007 era elaborada a criação da "Guarda do Golfo da Guiné", o projeto americano visitava a melhora da segurança física dos portos dos países do Golfo da Guiné e exercer um controle mais direto sobre Angola e Nigéria, dois grandes produtores de petróleo no continente africano. Com objetivos bem similares, temos a *Africa Partnership Station* um programa de cooperação na área de segurança marítima com o propósito de oferecer uma capacidade de resposta e melhorar a infraestrutura dos países do Golfo da Guiné. Ainda dentro do âmbito da AFRICOM, o governo norte americano realiza diversos exercícios marítimos multilaterais com os países da região, como o *Obangame Express*, iniciado em 2010 e o *Africa Endeavor*, iniciado em 2006. Além de possuir um dos mais completos sistemas de monitoramento dos casos de pirataria na região através do *Office of Naval Intelligence*, o qual promove relatórios semanais sobre a atividade na região (UNITED STATES AFRICA COMMAND, 2016).

Não obstante as iniciativas de potências do Norte global, tais como os EUA, cabe ressaltar o papel de atores menos expressivos do globo. Países em desenvolvimento como a China e o Brasil também apresentam interesses estratégicos na região.

A China encontra no Golfo da Guiné mais uma fonte de combustível fóssil auxiliando na diversificação de suas áreas de oferta de hidrocarbonetos. Seguindo assim, sua estratégia de diminuição de dependência do Oriente Médio e contribuindo, portanto, para sua segurança energética. Esse quadro também pode servir como uma oportunidade para que a China seja vista como uma potência naval capaz de gerar estabilidade e segurança, caso ela venha a agir nesse sentido, como ocorrido do Golfo de Áden. Entretanto, não observamos qualquer movimentação chinesa nesse sentido. Do outro lado do Atlântico temos o Brasil, país que possui laços históricos e interesses geopolíticos na região do Atlântico Sul. Observamos ao longo dos últimos anos uma retomada da importância do Atlântico Sul no imaginário político brasileiro. Isso ocorre graças a importância comercial do litoral brasileiro, responsável pelo escoamento de 93% dos seus bens e também por sua grande riqueza mineral e de biodiversidade. O que sua vez, justifica a preocupação brasileira em gerar iniciativas cuja pretensão é a garantia da segurança e da estabilidade nessa área. O Brasil tem buscado o engajamento dos países situados a margem do Atlântico Sul, em um projeto criação de uma identidade regional, com autonomia estratégica. Isso é, garantir que essa região tenha suas dinâmicas administradas pelos países que a compõem, usando como ferramenta para isso instituições regionais, como a ZOPACAS (NUNES, 2012).

Assim sendo, os casos de pirataria na região do Golfo da Guiné podem apresentar-se como um obstáculo para os projetos de segurança e desenvolvimento do Atlântico Sul, pois ameaças dessa natureza atraem a atenção internacional e podem ocasionar, por uma necessidade de securitização, o aumento da presença de

atores não regionais. O Brasil já manifestou preocupação em relação ao estado da pirataria no Golfo da Guiné e tem buscado, timidamente, auxiliar nessa questão. Sua política de defesa tem o discurso de dar auxílio aos países da costa africana para que fortaleçam suas capacidades nacionais, principalmente nas Marinhas e Guardas Costeiras. O país disponibiliza também vagas em suas escolas militares para a formação de oficiais e participa de exercícios militares combinados, como Atlasur¹², Atlantic Tiding¹³ e o IBSAMAR¹⁴.

7.3 TRÁFICO DE DROGAS

Segundo o Relatório Mundial sobre a Droga de 2013 da ONU, o continente africano está cada vez mais vulnerável ao tráfico de drogas e ao crime organizado. O aumento de policiamento e patrulhamento no oceano Pacífico por parte das autoridades norte americanas fez emergir novas rotas de tráfico de drogas no Atlântico. Da mesma forma os laços linguísticos parecem fomentar as rotas marítimas de tráfico entre a América do Sul e a Europa, através do Brasil, Portugal e países africanos de língua portuguesa.

As novas rotas de tráfico provenientes da América do Sul têm como destino principal a área da Costa Oeste Africana que envolve o Golfo da Guiné: Países como a Nigéria, o Gana ou a Guiné-Bissau, que são o destino preferencial para o desembarque dos narcóticos. No entanto, como é sabido, o destino final dessas substâncias são países onde as pessoas têm maiores poderes de compra, o continente europeu. Portanto, a Costa Sul da Europa é propícia para a entrada da droga proveniente da África no continente Europeu (UNODC, 2013).

¹² A Operação Atlasur tem por objetivo realizar operações combinadas com as marinhas da África do Sul, da Argentina e do Uruguai, de modo a contribuir para a interoperabilidade entre as forças e a manutenção da segurança do Atlântico Sul junto à comunidade marítima, além de fortalecer laços de amizade entre os países participantes (SPUTNIK, 2017)

¹³ O exercício Atlantic Tiding é um exercício combinado com países africanos do Golfo da Guiné, na costa ocidental africana, que inclui adestramentos em controle de área marítima, ações antipirataria e treinamento contra as demais Novas Ameaças (DEFESANET, 2014)

¹⁴ A "Ibsamar" é uma operação multinacional entre as marinhas da África do Sul, do Brasil e da Índia e ocorre a cada dois anos. A operação tem como propósito estreitar os laços de amizade entre as três marinhas, possibilitar a interoperabilidade e adestrar as tripulações em exercícios de considerável nível de complexidade. Conta com a participação de navios, submarino, aeronaves (asa fixa e rotativa), e destacamentos de operações especiais dos três países (BRASIL, 2018).

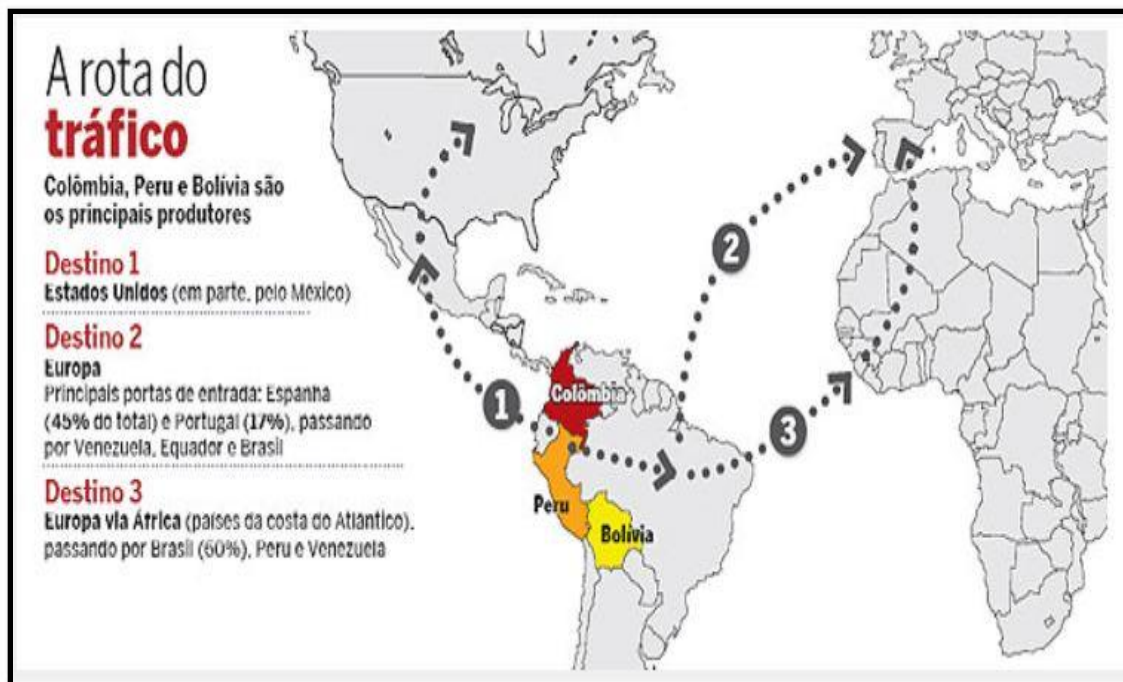


FIGURA 12 - As rotas do tráfico
Fonte: UNODC, 2013

O combate ao tráfico por via marítima é um desafio mundial, pois apesar de representar apenas onze por cento das apreensões, cada apreensão por esta via é em média trinta vezes superior a uma apreensão pela via aérea.

Os principais crimes que transcorrem no Atlântico são a pirataria e o tráfico de drogas, os quais podem estar vinculados ao terrorismo, resultando uma necessidade imperiosa de ações em cooperação internacional, tendo em vista que as possibilidades de uma maior segurança dependem de planos estratégicos a médio e longo prazos, cujas mudanças também deverão estar conforme a realidade de cada país envolvido no problema. E assim, mitigar a necessidade de ingerências externas ao Atlântico Sul para a solução do problema em questão.

7.4 TERRORISMO

A maior ameaça de atos ou ações terroristas no entorno do Atlântico Sul advêm de grupos sitiados no continente africano, muitas das vezes associados aos demais problemas já citados nesse trabalho – a pirataria e o tráfico de drogas. Nesse ínterim, o Conselho de Segurança da ONU saudou os desenvolvimentos políticos em alguns países da África Ocidental, mas manifestou preocupação com a ameaça do terrorismo na região.

O órgão das Nações Unidas condenou “de forma veemente” todos os ataques terroristas realizados na região, com destaque para os ocorridos no norte e centro do Mali e da Bacia do Lago Chade, principalmente por grupos como o Boko Haram e o Estado Islâmico. O Conselho de Segurança encorajou Estados-membros e parceiros multilaterais a darem apoio à Força-Tarefa Conjunta Multinacional para “garantir a sua plena operacionalização” e aumentar as ações coletivas para combater os grupos terroristas. Através do Escritório da ONU na África Ocidental e Sahel, ressaltou o compromisso de trabalhar para fortalecer a cooperação para combater ameaças de segurança entre fronteiras e impedir a propagação do terrorismo (PAIVA, 2015).

Assim sendo, os casos potenciais de terrorismo na costa ocidental da África podem apresentar-se como um obstáculo para os projetos de segurança e desenvolvimento do Atlântico Sul, bem como ir de encontro aos interesses de grandes potências mundiais sobre o continente africano e sobre a porção meridional do Atlântico, acarretando o aumento de atores extrarregionais na região em comento.

Como é o caso dos EUA, que, na intenção de reprimir a influência do terrorismo internacional, estabeleceu mecanismos de cooperação militar com países africanos de forma a prevenir qualquer tipo de ameaça de grupos radicais islâmicos, que possam atingir seus interesses na região, como é o caso do corredor Nigéria-Chade-Sudão-Etiópia-Eritreia-Somália-Djibouti, onde está localizado um oleoduto desde o Golfo Pérsico até o Golfo da Guiné (PAIVA, 2015)

8 AS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO BRASIL PARA A DEFESA DO ATLÂNTICO SUL

Inicialmente, cabe salientar e entender a aplicabilidade da CNUDM na soberania brasileira frente às águas no Atlântico Sul, buscando demonstrar que o Brasil possui autonomia e soberania para além de seu território e das suas águas interiores. A utilização da CNUDM pelo país, adotada em Montego Bay, corresponde a uma nova realidade para a exploração dos mares, respeitando o princípio do *res communis*¹⁵ para áreas marítimas fora da jurisdição de um Estado.



FIGURA 13 - Direitos do Estado sobre os espaços marítimos
Fonte: EMEPC, 2009

Uma vez delimitada a sua área de responsabilidade, em 1996, foi formulada a Política de Defesa Nacional (PDN) a qual representou os primeiros passos para se pensar na defesa nacional não limitada ao setor militar. Nas palavras, à época, do ministro da Defesa, Geraldo Magela Quintão:

Foi a primeira vez que se colocou em um texto, em um ato declaratório uma orientação estratégica brasileira que até então não havia. E tudo foi feito centrado naqueles princípios da constituição. Vejo isso como o maior avanço que se fez nesse país em termos de Defesa, fruto do Estado Democrático de Direito, que passamos a viver a partir da Constituição de 1988, e da liderança incontestada do Presidente Fernando Henrique Cardoso (QUINTÃO 2002 apud SANTOS, 2002, p. 464).

¹⁵ A teoria da *res communis* afirma que o Alto-mar é de propriedade da Sociedade Internacional, assim, seria de propriedade de todos os Estados (GUIMARÃES, 2010).

Em 1999, com a criação do Ministério da Defesa, um esforço foi dado em direção a uma redefinição da política de defesa nacional sustentável e mais abrangente. No entanto, somente em 2005, a PDN foi renovada. Já em 2008, lançou-se a END como uma tentativa de traçar as pretensões brasileiras e as formas de atuação do país na área de defesa.

Apesar desses avanços, o Brasil ainda não possuía um documento principal capaz de oferecer a visão do governo a respeito da defesa. Nesse contexto, surge um documento que ficou conhecido como o LBDN. Lançado em 2012, percebe-se que o LBDN visa esclarecer a sociedade brasileira e a comunidade internacional sobre as políticas e ações que coordenam os movimentos de segurança e proteção à soberania brasileira (CORRÊA, 2014).

Depreende-se, assim, que o LBDN, a PND (anteriormente chamada de PDN) e a END são os documentos basilares da Política de Defesa do Brasil. Sendo a END o documento que vai definir como se pretende cumprir os objetivos elencados pela PND. E o LBDN, de forma mais abrangente, representa um grande esforço democrático na construção de um conceito de Defesa Nacional.

Destarte, consubstanciado naquilo que prevê a PND (2013), foram elencados alguns fatores que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos, destacando-se:

o fortalecimento do processo de integração, a partir do Mercosul e da União de Nações Sul-Americanas; o estreito relacionamento entre os países amazônicos, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica; **a intensificação da cooperação e do comércio com países da África**, da América Central e do Caribe, inclusive a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), facilitada pelos laços étnicos e culturais; o **desenvolvimento de organismos regionais**; a integração das bases industriais de defesa; a **consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul** e o diálogo continuado nas mesas de interação inter-regionais, como a cúpula América do Sul-África (ASA) e o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas). A ampliação, a modernização e a interligação da infraestrutura da América do Sul, com a devida atenção ao meio ambiente e às comunidades locais, podem concretizar a ligação entre seus centros produtivos e os dois oceanos, facilitando o desenvolvimento e a integração (PND, 2013, grifo nosso).

Outrossim, consoante também a PND (2013), o Brasil defende uma ordem internacional baseada na democracia, no multilateralismo, na **cooperação**, na proscrição das armas químicas, biológicas e nucleares, e na **busca da paz** entre as nações. Nesse sentido, defende a reforma das instâncias decisórias internacionais, de modo a torná-las mais legítimas, representativas e eficazes, fortalecendo o

multilateralismo, o respeito ao Direito Internacional e os instrumentos para a **solução pacífica de controvérsias** (grifo nosso).

No que diz respeito à cooperação, o Brasil atribui prioridade aos países da América do Sul e da África, em especial aos da África Ocidental e aos de língua portuguesa, buscando aprofundar seus laços com esses países. A intensificação da cooperação com a CPLP, unidos pelos denominadores comuns da história, da cultura e da língua, constitui outro fator relevante e de pleno sucesso das nossas relações exteriores.

Dessa forma, para preservar a soberania e os interesses do país, torna-se essencial estruturar a Defesa Nacional de modo compatível com a estatura político-estratégica do País. Assim, da avaliação dos ambientes descritos, emergem os Objetivos Nacionais de Defesa (OND):

I. garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; II. defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior; III. contribuir para a preservação da coesão e da unidade nacionais; IV. contribuir para a estabilidade regional; V. contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais; VI. intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais; VII. manter Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, e com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional; VIII. conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País; IX. desenvolver a indústria nacional de defesa, orientada para a obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis; X. estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais; e XI. desenvolver o potencial de logística de defesa e de mobilização nacional (PND, 2013).

A PND (2013) também define algumas orientações para a consecução dos OND. Ela reforça que o País deve dispor de meios com capacidade de exercer vigilância, controle e defesa: das águas jurisdicionais brasileiras; do seu território e do seu espaço aéreo, incluídas as áreas continental e marítima. Deve, ainda, manter a segurança das linhas de comunicações marítimas e das linhas de navegação aérea, especialmente no Atlântico Sul.

A Estratégia Nacional de Defesa (END), 2013, alinhada à PND e aos OND elencou ações estratégicas âmbito ministerial, visando contribuir para a manutenção da estabilidade regional:

1. O Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores promoverão o incremento das atividades destinadas à manutenção da estabilidade regional e à cooperação nas áreas de fronteira do País; 2. O Ministério da Defesa e as Forças Armadas intensificarão as parcerias

estratégicas nas áreas cibernética, espacial e nuclear e o intercâmbio militar com as Forças Armadas das nações amigas, neste caso particularmente com a América do Sul e países limítrofes ao Atlântico Sul; **3.** O Ministério da Defesa, o Ministério das Relações Exteriores e as Forças Armadas buscarão contribuir ativamente para o fortalecimento, a expansão e a consolidação da integração regional, com ênfase na pesquisa e desenvolvimento de projetos comuns de produtos de defesa (END, 2013).

A END (2013) também definiu ações estratégicas em âmbito ministerial, visando incrementar o apoio à participação brasileira no cenário internacional: [...] na intensificação da cooperação e do comércio com países da África, da América Central e do Caribe, inclusive a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC); e na consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), e o incremento na interação inter-regionais, como a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), a cúpula América do Sul-África (ASA) e o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS).

Assim, com base na PND e na END e na estratégia militar dela decorrente, as Forças Armadas deverão ser empregadas considerando os seguintes aspectos:

O monitoramento e controle do espaço aéreo, das fronteiras terrestres, do território e das **Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB)** em circunstâncias de paz; a ameaça de penetração nas fronteiras terrestres ou abordagem nas **AJB**; a ameaça de forças militares muito superiores na região amazônica; as providências internas ligadas à defesa nacional decorrentes de guerra em outra região do mundo, que ultrapassem os limites de uma guerra regional controlada, com emprego efetivo ou potencial de armamento nuclear, biológico, químico e radiológico; a participação do Brasil em operações internacionais em apoio à política exterior do País; a participação em operações internas de GLO, nos termos da Constituição Federal, e os atendimentos às requisições da Justiça Eleitoral; e a **ameaça de guerra no Atlântico Sul** (END, 2013, grifo nosso).

Na conferência de abertura do Seminário sobre Estratégias de Defesa Nacional, realizada em novembro de 2012, durante o discurso do ministro Celso Amorim, ficou latente a preocupação com a ocorrência do narcotráfico, associado ao terrorismo e à pirataria na costa ocidental da África, enfatizando a disposição brasileira de exercer aquilo que o próprio discursista denominou de dissuasão pela cooperação.

Outras situações, de desfecho incerto, como a ocorrência do narcotráfico, associado ao terrorismo e à pirataria marítima, ou ainda as crescentes tensões em países da África Ocidental como Guiné Bissau e Mali constituem motivo de preocupação. Além dos problemas intrínsecos (...) existe o risco de trazerem para região de nosso interesse estratégico – o **Atlântico Sul** – organizações militares criadas com outros propósitos ou visando a outros inimigos ou adversários. Em todos estes casos o Brasil busca ou buscará desempenhar o papel que lhe corresponde por meio dos instrumentos diplomáticos (Amorim, 2012, grifo do autor).

É fato reconhecido que o Brasil tem posição destacada no Atlântico Sul, graças a sua dimensão de país continental, a sua economia que o coloca atualmente entre as dez maiores do mundo, à capacidade de liderar processos de integração regional com base em preceitos de paz e cooperação e, especialmente, a sua efetiva e crescente presença nas suas águas jurisdicionais, com horizonte favorável para estendê-la junto às nações amigas do continente africano. E essa opção por uma projeção pacífica e cooperativa tem sido favorecida antes de tudo pela configuração geopolítica do país e seu entorno regional e estratégico.

A END, 2013, determina a dissuasão como uma de suas principais diretrizes, oriundo do que estabelece uma das orientações da PND: “A atuação do Estado brasileiro com relação à defesa tem como fundamento a obrigação de garantir nível adequado de segurança do País, tanto em tempo de paz, quanto em situação de conflito. À ação diplomática na solução de conflitos soma-se a estratégia militar da dissuasão”.

Segundo Costa, 2014, se no campo das pesquisas e da diplomacia o país tem avançado a passos largos, é flagrante sua fragilidade no segundo pilar da sua estratégia de projeção no mundo e no Atlântico Sul em particular, isto é, o campo específico dos assuntos de Segurança e Defesa e da capacidade operacional das forças armadas para exercer o poder de dissuasão.

Como é natural, ações de Segurança e Defesa no Atlântico Sul é assunto que está prioritariamente sob a responsabilidade da Marinha brasileira. Na END, 2013, essa força lista seus objetivos estratégicos e táticos. São eles:

(a) defesa pró-ativa das plataformas petrolíferas; (b) defesa pró-ativa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras; (c) prontidão para responder à qualquer ameaça, por Estado ou por forças não convencionais ou criminosas, às vias marítimas de comércio; (d) capacidade de participar de operações internacionais de paz, fora do território e das águas jurisdicionais brasileiras, sob a égide das Nações Unidas ou de organismos multilaterais da região (END, 2013).

Na maneira de conceber a relação entre as tarefas estratégicas de negação do uso do mar, de controle de áreas marítimas e de projeção de poder, a Marinha do Brasil (MB) se pautará por um desenvolvimento desigual e conjunto. Se aceitasse dar peso igual a todas as três tarefas, seria grande o risco de ser medíocre em todas elas.

A doutrina do desenvolvimento desigual e conjunto tem implicações para a reconfiguração das forças navais. A implicação mais importante é que a Marinha se reconstruirá, por etapas, como uma Força balanceada entre o componente submarino, o componente de superfície e o componente aeroespacial.

Para assegurar a tarefa de negação do uso do mar, o Brasil contará com força naval submarina de envergadura, composta de submarinos convencionais e de submarinos de propulsão nuclear. O Brasil manterá e desenvolverá sua capacidade de projetar e de fabricar tanto submarinos de propulsão convencional, como de propulsão nuclear. Acelerará os investimentos e as parcerias necessários para executar o projeto do submarino de propulsão nuclear. Armará os submarinos com mísseis e desenvolverá capacitações para projetá-los e fabricá-los. Cuidará de ganhar autonomia nas tecnologias cibernéticas que guiam os submarinos e seus sistemas de armas, e que lhes possibilitem atuar em rede com as outras forças navais, terrestres e aéreas (END, 2013).

Baseado ainda na END (2013), para assegurar sua capacidade de projeção de poder, a Marinha possuirá, também, meios de Fuzileiros Navais, em permanente condição de pronto emprego. A existência de tais meios é também essencial para a defesa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras, para atuar em operações internacionais de paz e em operações humanitárias, em qualquer lugar do mundo.

A força naval de superfície contará tanto com navios de grande porte, capazes de operar e de permanecer por longo tempo em alto mar, como com navios de porte menor, dedicados a patrulhar o litoral e os principais rios navegáveis brasileiros. Requisito para a manutenção de tal esquadra será a capacidade da Força Aérea de trabalhar em conjunto com a Aviação Naval, para garantir o controle do ar no grau desejado, em caso de conflito armado/guerra. Entre os navios de alto mar, a Marinha dedicará especial atenção ao projeto e à fabricação de navios de propósitos múltiplos e navios-aeródromos. A Marinha contará, também, com embarcações de combate, de transporte e de patrulha, oceânicas, litorâneas e fluviais. Serão concebidas e fabricadas de acordo com a mesma preocupação de versatilidade funcional que orientará a construção das belonaves de alto mar. O monitoramento da superfície do mar, a partir do espaço, deverá integrar o repertório de práticas e capacitações operacionais da Marinha. A partir dele, as forças navais, submarinas e de superfície terão fortalecidas suas capacidades de atuar em rede com as forças terrestre e aérea (END, 2013)

Assim, alinhado aos propósitos e tarefas da PND e END, a Marinha do Brasil vem desenvolvendo projetos que garantam uma maior inserção do Brasil na região do Atlântico Sul, levando em conta não só as proximidades da área, no caso a Amazônia Azul, como também a ação brasileira em face aos países limítrofes do continente africano, bem como a região antártica.

Os projetos estratégicos da Marinha demonstram que as recomendações da END já começaram a se materializar. Dentre os principais projetos, destacam-se o

Programa Nuclear da Marinha (PNM), a construção do Núcleo do Poder Naval e o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz).

O Programa Nuclear da Marinha, iniciado em 1979, divide-se em dois projetos maiores: o domínio do Ciclo do Combustível Nuclear e o Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica (LABGENE). O Brasil já domina todo o ciclo de produção do combustível nuclear, usando material nacional. Ademais, a Marinha inaugurou, no início de 2012, a Unidade Piloto Hexafluoreto de Urânio (USEXA), que é a última etapa para o domínio pleno desse ciclo. A USEXA é uma unidade piloto onde se converte o minério beneficiado de urânio (“yellow cake”) em hexafluoreto de urânio (UF₆)¹⁶ gasoso. Em síntese, a conversão de urânio é um conjunto de processos físicos e químicos que versam sobre a transformação de compostos de urânio, onde o UF₆ é o produto final. Este é a matéria prima para a etapa de enriquecimento de urânio, posterior à conversão. Isto é, sem a conversão de urânio não é possível produzir combustível nuclear para as usinas como as de Angra. Esse laboratório possui o propósito de desenvolver a capacidade tecnológica para o projeto, construção, operação e manutenção do reator nuclear do tipo *Pressurized Water Reactor* (PWR)¹⁷, que será empregado na propulsão do primeiro submarino Nuclear (SN-BR) a ser construído no Brasil (BRASIL, PEM, 2013).

Esse programa concederá ao Brasil a capacidade para operação de plantas núcleo-elétricas de tecnologia nacional. A energia poderá ser usada tanto nos fins civis-urbanos, quanto na propulsão de meios navais.

Em relação ao Núcleo do Poder Naval, este almeja modernizar e ampliar a capacidade operacional da Marinha brasileira. O plano, inicialmente elaborado pela EDN, estrutura-se na aquisição e distribuição de material, navios e instalações. Esse núcleo é formado por programas que têm o propósito de expandir e modernizar a Força Naval.

Dentre eles está o desenvolvimento de submarinos convencionais e, também, os de propulsão nuclear (Prosub), além da construção de um estaleiro de base naval. Ademais, está prevista a construção de um Navio-Aeródromo (Pronae), do Navio-Anfíbio (Pronag), de meios de Superfície

¹⁶ O UF₆ é um composto usado para o enriquecimento de urânio, isto é, o aumento da concentração de átomos do isótopo radioativo de urânio num dado material. Seu principal uso está na separação dos dois principais isótopos de urânio: o isótopo mais abundante ²³⁸U, que não sofre fissão nuclear facilmente, do isótopo ²³⁵U que é usado nos reatores de fissão nuclear. No Brasil, o urânio é enriquecido pelo método de ultracentrifugação, que consiste em girar um cilindro com UF₆ a altas velocidades (2500 - 3333 voltas por segundo - 200 vezes mais rápido que uma máquina de lavar roupa). Nestas condições, a força centrífuga faz com que moléculas de UF₆ com ²³⁸U, um pouco mais pesadas, acumulem-se na periferia do cilindro, e as moléculas de UF₆ com ²³⁵U, um pouco mais leves, se acumulem na região central do cilindro. Baterias de centenas de centrífugas são usadas nas instalações de enriquecimento.

¹⁷ Nesse sistema, a água empregada para moderar a reação de fissão nuclear do urânio, contida no circuito primário, aquece a água presente no circuito secundário, para gerar o vapor que aciona a turbina elétrica. E o vaso de pressão constitui a principal barreira de contenção metálica da água que flui sob alta pressão no circuito primário (BRASIL, PAA, 2011).

(Prosuper) e a produção de navios-patrolha de 500 toneladas, além das corvetas Classe Barroso. Além disso, já foi criada a Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM)¹⁸, que integra uma parte do processo do ProSub (BRASIL, PAA, 2011).

A relevância de um submarino com propulsão nuclear reside no fato de ele permitir uma maior proteção da costa brasileira, já que o mesmo consegue um maior sucesso na “negação do uso do mar”, haja vista ter um tempo de submersão muito prolongado e usar a energia nuclear.

Por fim, o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul tem por finalidade crucial aumentar a capacidade de monitoramento e controle por parte da Marinha do Brasil.

O SisGAAz se configura num conjunto de sistemas que tem como objetivo ampliar a capacidade de monitoramento e controle das águas jurisdicionais e das regiões de busca e salvamento, sob responsabilidade do Brasil. Esse projeto utiliza-se de satélites, radares e equipamentos de sensoriamento submarino, a fim de monitorar o mar territorial brasileiro. Tal estrutura comporá uma rede de informação e de apoio à decisão. A importância estratégica do SisGAAz se dá no fato dela atender às diretrizes da END, já que ela se dá sob a égide do trinômio “monitoramento/controle”, “mobilidade” e “presença”. Ou seja, sob esse aspecto, o sistema aumenta a capacidade de resposta aos eventos que representam uma ameaça para a vida humana, a segurança, a economia e o meio ambiente (BRASIL, PAA, 2011).

Os possíveis benefícios desse sistema advêm do fato de ele empregar civis e militares, além de se contrapor às novas ameaças que se apresentam no Atlântico Sul. Além disso, na própria possibilidade de operação com outros sistemas, como o Sistema de Vigilância de Fronteiras (SISFRON)¹⁹.

¹⁸ Inaugurada em março de 2013, a Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM) representa um marco importante para a construção naval brasileira. A UFEM é o local onde efetivamente começa a construção dos submarinos. Trata-se da primeira parcela da infraestrutura que capacitará o País para a construção e manutenção de submarinos convencionais e com propulsão nuclear. Nessa unidade industrial de alta tecnologia, acontece o alinhamento e união de algumas subseções cilíndricas, a fabricação de peças estruturais, tubulações, dutos e suportes, assim como a montagem de materiais e equipamentos nas seções. A UFEM possui 45 (quarenta e cinco) edificações, que ocupam uma área total de 97 (noventa e sete) mil metros quadrados no município de Itaguaí (BRASIL, PAA, 2011).

¹⁹ O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON é um sistema de sensoriamento e de apoio à decisão em apoio ao emprego operacional, atuando de forma integrada, cujo propósito é fortalecer a presença e a capacidade de monitoramento e de ação do Estado na faixa de fronteira terrestre, potencializando a atuação dos entes governamentais com responsabilidades sobre a área. Foi concebido por iniciativa do Comando do Exército, em decorrência da aprovação da Estratégia Nacional de Defesa, em 2008, a qual orienta a organização das Forças Armadas sob a égide do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença (BRASIL, EPEX, 2015).



FIGURA 14 - Projetos Estratégicos da Marinha do Brasil

Fonte: BRASIL, PEM, 2013

Dessa forma, a constituição de uma força e de uma estratégia navais que integrem os componentes submarino, de superfície e aéreo, permitirá realçar a flexibilidade com que se resguarda o objetivo prioritário da estratégia de segurança marítima: a dissuasão.

9 CONCLUSÃO

As percepções sobre a importância estratégica do Atlântico Sul vêm se alterando nos últimos anos, acompanhando grandes mudanças no sistema internacional. Tradicionalmente, caracterizado por ser uma região relativamente marginalizada, esse oceano transformou-se em um espaço no qual se projetam interesses tanto de países regionais como de potências extrarregionais, bem como onde se sucedem desafios de diferentes matizes.

Diante de um enorme potencial energético, econômico e de comunicação, o Atlântico Sul tornou-se uma zona potencialmente estratégica. Além de sua importância substancial para o comércio exterior e das condições extremamente favoráveis para a produção pesqueira, as recentes descobertas petrolíferas encontradas nas águas profundas ao longo da plataforma continental repercutiram internacionalmente e potencializaram os desafios que acometem essa porção meridional do Atlântico.

Tais desafios são variados e multifacetados como a pirataria, o tráfico de drogas, o terrorismo e a presença constante e incômoda de grandes potências na região em comento, requerendo uma preocupação latente do Brasil para essa parte crucial de seu entorno estratégico, mediante ações estratégicas eficazes que se contraponham às citadas circunstâncias adversas.

Em síntese, pode-se inferir que essas ações frente aos primeiros desafios – pirataria, tráfico de drogas e terrorismo - são ainda bastante incipientes, mas caminham numa direção acertada. Todavia, para se contrapor à presença de grandes potências em águas jurisdicionais brasileiras, o país ainda apresenta vulnerabilidades críticas que podem comprometer a sua soberania.

Neste aspecto e consoante aos três primeiros desafios, o Brasil já manifestou preocupação e se esforça, conjuntamente com países africanos, para mitigar o problema, executando, por exemplo, exercícios combinados como Atlasur, Atlantic Tiding e o IBSAMAR.

Com relação ao tráfico de drogas, cabe ressaltar o papel preponderante que a ZOPACAS poderá desenvolver para mitigação do desafio em questão, na medida em que busca redimensionar a importância da iniciativa em um novo cenário geopolítico, incluindo a estabilidade e a segurança regional. Haja vista uma necessidade imperiosa de ações em cooperação internacional, a ZOPACAS pode

servir de plataforma, guiada pelo Brasil e com o respaldo dos demais países da região, para o desenvolvimento de uma visão estratégica regional comum sobre a necessidade de um profícuo método coordenado de aproveitamento do oceano. As possibilidades de uma maior segurança dependem de planos estratégicos a médio e longo prazos, cujas mudanças também deverão estar conforme a realidade de cada país envolvido no problema e mediante um policiamento e patrulhamento eficazes, os quais permitirão estabelecer uma dinâmica própria de combate ao tráfico nessa porção meridional do Atlântico.

Já relacionado à pirataria, a CPLP pode se tornar uma organização crucial para a solução do desafio em epígrafe. Alinhado diretamente com essa possibilidade, foi criado o CAE/CPLP, quando ficou notório o fortalecimento do diálogo sobre as dinâmicas da segurança e defesa na comunidade, sendo o exercício FELINO o exemplo mais expressivo.

Além desse exercício, a solidariedade entre os Estados membros, a sensibilização sobre a importância e o papel das Forças Armadas de cada um dos países na defesa da sua nação, a troca de informações estratégicas, a partilha de informações, a conferência de marinhas e outras ações que visem reforçar a defesa do Atlântico Sul, podem desenvolver a sinergia necessária para o controle e a fiscalização dos espaços marítimos comuns, mitigando o problema do crime da pirataria na região, em particular junto ao Golfo da Guiné.

Outrossim, com relação à expansão do terrorismo, em particular junto à costa africana, a CPLP também pode desempenhar um papel relevante para a solução de tal desafio. Alinhado a essa linha de raciocínio e mediante a assinatura do Protocolo de Cooperação, os seis órgãos do domínio de defesa na CPLP tiveram seu funcionamento definidos, tencionando a promoção da cooperação entre os países membros, por meio da sistematização e clarificação das atividades na área de Defesa Militar, contribuindo, assim, para o desenvolvimento das capacidades internas e o fortalecimento das Forças Armadas dos Estados da Comunidade.

Nesse escopo, o Brasil, protagonista da comunidade juntamente com Portugal, pode influenciar nos rumos da organização, no sentido de ampliar os temas de cooperação, notadamente na área de defesa e segurança regional. Consoante à sua política de defesa, poderá potencializar o auxílio aos países da costa africana para que fortaleçam suas capacidades nacionais, principalmente nas Marinhas e Guardas Costeiras, para garantir seus interesses no Atlântico Sul e

mitigar os casos potenciais de terrorismo, os quais, indubitavelmente, apresentam-se como um obstáculo para os projetos de segurança e desenvolvimento do Atlântico Sul.

Ademais, os projetos estratégicos da Marinha com destaque para o PNM, o Núcleo do Poder Naval e o SisGAAz vão ao encontro das recomendações da END, aumentando a capacidade de monitoramento, controle, mobilidade e presença nas AJB, contribuindo, pois, para amainar os desafios citados anteriormente, bem como negar o uso do mar por forças adversas de poder de combate relativamente inferior ao da MB.

Contudo, ao analisar as ações estratégicas do país para refutar a presença de grandes potências no Atlântico Sul, o Brasil se ancora quase que exclusivamente no binômio - dissuasão e cooperação. Tal estratégia de defesa apresenta fragilidades, à luz de uma eventual defesa de interesses por um país com crescente importância no cenário internacional. A própria END já elencou algumas dessas vulnerabilidades:

Configuram-se como **vulnerabilidades** da atual estrutura de defesa do país: i) o envolvimento, ainda não significativo, da sociedade brasileira com os assuntos de defesa; ii) a histórica descontinuidade na alocação de recursos orçamentários para a defesa; iii) a desatualização tecnológica de alguns equipamentos das FA; e a dependência em relação a produtos estrangeiros; iv) a distribuição espacial das FA no território nacional, ainda não completamente ajustada, ao atendimento às necessidades estratégicas; v) a atual inexistência de carreira civil na área de defesa, mesmo sendo uma função de Estado; vi) o estágio da pesquisa científica e tecnológica para o desenvolvimento de material e emprego militar e produtos de defesa; vii) a carência de programas para aquisição de produtos de defesa, calcados em planos plurianuais; viii) os bloqueios tecnológicos impostos por países desenvolvidos, que retardam os projetos estratégicos concepção brasileira; ix) a relativa deficiência dos sistemas nacionais de logística e de mobilização; e x) a atual capacidade das FFAA contra os efeitos causados por agentes contaminantes químicos, biológicos, radiológicos e nucleares (END, 2013).

Outrossim, cabe destacar que ações estratégicas efetivas sobre o controle do mar são condições *sine qua non* para que se garanta uma fundada soberania nas AJB. Mahan já enfatizava a necessidade de ações ofensivas coordenadas por marinhas poderosas para a garantia do controle do mar. O general Meira Mattos também era defensor de ações mais ofensivas, as quais teriam a capacidade de impedir um eventual bloqueio das LCM do Atlântico Sul e conseqüente isolamento e asfixia econômica do país. Na mesma linha de raciocínio, Therezinha de Castro, ao assumir que o Brasil tem interesses marcadamente atlânticos, advogou a necessidade de se desenvolver ações estratégicas que garantam a soberania da

região, em particular sobre suas porções insulares, as quais permitiriam tanto bases para projeções sobre o continente africano como implicariam no direito sobre a exploração de suas respectivas ZEE.

Alinhado às teorias e aos pressupostos desses renomados geopolíticos, cumpre salientar, como fator positivo, que o Atlântico Sul tem se convertido em prioridade de interesse e ação do Brasil, como fica claro na evolução dos documentos de defesa do país, desde 1996. Assim, nas sucessivas atualizações da PND, a manutenção do Atlântico Sul como área estratégica para o Brasil é evidente, aprofundando-se inclusive as especificidades de atenção e atuação. Na END é remetida claramente a relevância da ação do Ministério da Defesa, juntamente com a CPLP, para “incremento na interação inter-regionais”. E no LBDN, aprofunda-se essa concepção, ao estabelecer-se como área de interesse prioritário o entorno estratégico brasileiro, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica.

Outro ponto fulcral que avulta de importância é o sucesso brasileiro em promover o Atlântico Sul em uma área de Paz e Cooperação, onde ressalta-se novamente a relevância da ZOPACAS e da CPLP. Tais mecanismos possibilitam a afirmação de uma identidade própria para o Atlântico Sul e tendem a se consolidar em ferramentas decisivas de atuação brasileira, de política externa e de defesa. Ancorado em interesses comuns, a análise da dinâmica da região em tela é evitar que outros países ou iniciativas definam os rumos da política sul-atlântica, à revelia dos seus atores regionais.

Isto posto e à luz daquilo que foi visto, até então, faz-se necessária uma análise crítica sobre a configuração da ação brasileira baseada numa estratégia de dissuasão e cooperação como forma de política de defesa. Os Estados para fazerem valer seus interesses devem investir nas suas capacidades militares, pois, em última instância, a guerra é um cenário provável.

Sabe-se que os esforços em modernização do setor militar brasileiro estão previstos nos documentos oficiais, incluindo projetos como a construção de um submarino nuclear. A construção desse artefato de guerra se reveste de um enorme poder de negação do uso mar ao país, uma vez que tal submarino é movido à propulsão nuclear, com grande autonomia e capacidade de ocultação, sendo, assim, um grande incremento da presença brasileira no Atlântico Sul. No entanto, encontra-se um grande vácuo entre aquilo que está previsto e o que de fato está em

andamento, colocando o país, atualmente, à mercê de uma estratégia *soft power* para concretizar seus interesses e superar seus desafios na porção meridional do Atlântico.

Os representantes e especialistas da área são unânimes no diagnóstico de que a Marinha está longe de possuir os meios para assegurar, ao mesmo tempo, sua presença efetiva com prioridade para as águas jurisdicionais – mas não apenas nelas – e ações de vigilância e monitoramento permanente e de larga escala. Em suma, dispor de capacidade militar suficiente para a dissuasão de potenciais ameaças e, no limite, para repelir ataques de forças inimigas, o que requer meios adequados quanto à quantidade e à sofisticação tecnológica (COSTA, 2014).

Por fim, o mapeamento e a análise da eficiência das ações estratégicas do Brasil diante dos desafios que se apresentam no âmbito da defesa do Atlântico Sul, problema elencado nesse trabalho, mostram, primeiramente, que o governo brasileiro vem se esforçando para ampliar seus laços e parcerias de forma concreta, no intuito de fortalecer a construção de uma identidade comum com os países da costa ocidental da África. Embora o discurso oficial enfatize os vínculos com a África Lusófona, a cooperação em defesa, sobretudo na área naval, reflete uma preocupação bem mais abrangente em consolidar um “cinturão de boa vontade” com países costeiros da região, sejam eles lusófonos ou não, em particular no âmbito da ZOPACAS e da CPLP, corroborando para mitigação dos desafios referentes ao tráfico de drogas, ao terrorismo e à pirataria.

Em segundo plano, mostram também que o Brasil tem sido vitorioso na sua estratégia de projetar, por vias pacíficas, sua presença no Atlântico Sul e, conseqüentemente, contrapor-se à presença de atores extrarregionais. A cooperação e a dissuasão como estratégias de defesa respondem parcialmente a um sistema internacional de crescentes instabilidades no jogo de poder entre as nações. Todavia, o Brasil necessita revitalizar rapidamente a sua indústria de defesa nacional, de forma a poder desempenhar o papel que lhe cabe no Atlântico Sul com maior autonomia para imposição de seus interesses. Sem Forças Armadas modernas e eficientes, será muito difícil superar os futuros desafios e evitar que outras potências se imiscuam na área. Somente uma consistente capacidade de dissuasão militar sobrepujará os riscos e as ameaças nessa relevante porção do Atlântico, onde os interesses poderão facilmente esgarçar as atuais alianças e comprometer a soberania nacional, pelo menos enquanto perdurarem as características dominantes da vigente ordem mundial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. **Alfred Thayer Mahan: O Homem**. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v.129, n. 04/06-abr/jun. 2009.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Geoestratégia do Atlântico Sul: Uma Visão do Sul**. Política e Estratégia, São Paulo, v.5, n.4, 1987.

AMORIM, Celso. **Defesa nacional e pensamento estratégico brasileiro**. Revista **Política Hoje**, Pernambuco, v. 21, n. 2, p. 330-348, 2012.

ANYIMADU, Adjoa. **Maritime Security in the Gulf of Guinea: Lessons Learned from the Indian Ocean, Africa**. 2013.

AZEVEDO, Francisco Duarte e BERNARDINO, Luís Manuel Brás. **Uma Nova Visão Geoestratégica Na Comunidade De Países De Língua Portuguesa: a Identidade da CPLP no Domínio da Defesa**. Proelium, Lisboa. 2016. Disponível em: <https://cplp.defesa.pt/CAE/03_F.Azevedo_L.Bernardino.pdf?Mobile=1&Source>. Acesso em: 24 jul. 2018.

BERNARDINO, Luís e LEAL, José Santos. **A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996-2011)**. Lisboa: Europress, 2011. Disponível em: http://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncaderno_6.pdf. Acesso em: 23 jul. 2018.

BRASIL. Decreto nº 6.703, de 18 Dez 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 247, 19 dez. 2008. Seç 1, p. 4.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília. Presidência da República. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

_____. Ministério da Defesa. Estado-Maior de Defesa. **MD35-G-01: Glossário das Forças Armadas**. 5. ed. Brasília, DF, 2015.

_____. Ministério da Defesa. **Escritório De Projetos (EPEX)**, 2015. Disponível em: <<http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sisfron>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

_____. Ministério da Defesa. **O Futuro da Comunidade Transatlântica: Palestra do ministro da Defesa do Brasil, Nelson A. Jobim, no Encerramento da Conferência Internacional**, Lisboa, 2010.

_____. Ministério da Defesa. **Operação Ibsamar VI**, 2018. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/43240-%E2%80%9Copera%C3%A7%C3%A3o-ibsamari-vi%E2%80%9D-reunir%C3%A1-militares-das-marinhas-da-%C3%A1frica-do-sul,-do-brasil-e-da-%C3%ADndia>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

_____. Ministério da Defesa. **Programa Amazônia Azul (PAA)**, 2011. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/hotsites/amz_azul/html/programa.html>. Acesso em: 28 ago. 2018.

_____. Ministério da Defesa. **Projetos Estratégicos da Marinha (PEM)**, 2013. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/industria-dedefesa/paed/projetos-estrategicos/projetos-estrategicos-damarinha-do-brasil>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

_____. Ministério da Defesa. **ZOPACAS: Celso Amorim propõe ações para fortalecer cooperação em defesa**, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/Kpjjym>>. Acesso em: 20 Jan 2018.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/151-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

_____. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Decreto Legislativo Nr 373, 25 set 2013. Poder Executivo, Brasília, DF, 2013.

_____. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília. 496 p.

BRITISH PETROLEUM. **Statistical Review of World Energy June 2011**. Disponível em: <<http://bp.com/sectionbodycopy.do?categoryId=7500&contentId=7068481>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

CALEA. **Argumentos favoráveis e desfavoráveis à assinatura do tratado de não proliferação de armas nucleares**: a questão do Brasil. *Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC*, Ilhéus-BA, Brasil. 2012. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/calea/edicoes/rev1_artigo1.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

CASTRO, Therezinha de. **Geopolítica**: Princípios, meios e fins. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.

CORRÊA, Glauco Corbari. A Política de Defesa do Brasil no Século XXI. *Coleção Meira Mattos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 31, p. 29-38, jan./abr. 2014.

CORREIA, Thaina. **A nossa Amazônia Azul**. Rio de Janeiro. 2015. Disponível em: <<http://sustentabilidade.com/a-nossa-amazonia-azul/>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

COSTA, Wanderley Messias da. **Projeção do Brasil no Atlântico Sul**: geopolítica e estratégia. Confins. 2014.

CPLP. **Página Institucional**. Estatuto do Centro de Análise Estratégica da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CAE/CPLP). 2015. Disponível em:

<https://cplp.defesa.pt/Normativos/20150526_ESTATUTO%20DO%20CAE.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

CPLP. **Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa**. 2006. Disponível em: <https://cplp.defesa.pt/Normativos/20060915_Protocolo%20Cooperacao%20CPLP%20Dominio%20Defesa.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

CRESWELL, Jonh W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DA SILVA, Alexandre Pereira. **O novo pleito brasileiro no mar: a plataforma continental estendida e o Projeto Amazônia Azul**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 56, n. 01, s/p., 2013

_____. Alexandre Pereira. **O Brasil e um novo despertar para o Direito do Mar**. RIL Brasília, Brasília, n. 208, p. 25-40, out./dez. 2015.

DEFARGES, Philippe Moreau. **Introdução Geopolítica**. Lisboa: Gradiva, 2003.

DEFESA E SEGURANÇA. **Página Institucional**. O entorno estratégico do Brasil. Rio de Janeiro. Out. 2016. Disponível em: <<http://defesaeseguranca.com.br/entorno-estrategico-do-brasil/>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

DEFESANET. **Centro de Comunicação Social da Marinha: Comando da Marinha do Brasil - NOTA DE ESCLARECIMENTO**. 2014. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/africa/noticia/16655/Marinha-do-Brasil---Nota-de-Esclarecimento/>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

EMEPC. **Estrutura de Missão para a extensão da Plataforma Continental**. Portugal. 2009. Disponível em: <http://www.ordemengenheiros.pt/fotos/editor2/eng.naval/9projecto_emepc.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2018.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nation: Relatório Anual. Organização das Nações Unidas (ONU). 2016. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/423722/>>. Acesso em: 8 Maio. 2018.

FARIA, E. P. de. **O Poder Naval Brasileiro e os interesses do país no Atlântico Sul**. In: ACIOLY, L; MORAES, R. Prospectiva, Estratégias e Cenários Globais: visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia. Brasília: IPEA, 2011.

FIGUEIREDO, Haletta Joaquina Miguel de. **A importância da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa na política externa angolana (2002-2012)**. Universidade Lusíada de Lisboa, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/2374/1/mri_haletta_figueiredo_disertacao.pdf>. Acesso em: 20 Abr 2018.

FIORI, José Luís. **O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI. Carta Maior**, 24 mai. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/B7PFld>>. Acesso em: 8 maio. 2018.

FREITAS, Jorge Manuel da Costa. **A escola geopolítica brasileira: Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004

GARDINER, Robert. **The Line of Battle: the Sailing Warship 1650-1840**. New Jersey: Chartwell Books, 1992. 11p.

GONÇALVES, Turíbio e CORBELLINI, Mariana. **A estratégia marítima brasileira contemporânea para o Atlântico Sul**– Rio de Janeiro, 2012. 36p.

GUIMARÃES, Alexandre Cortes. **Os fundamentos jurídicos do direito internacional do mar para as operações privadas desreguladas no alto-mar**. Universidade de Lisboa. Portugal. 2010.

HORING, Jéssica da Silva; WEBER, Leonardo; CLOSS, Marília Bernardes. **A Presença de Potências Extrarregionais como ameaça à manutenção da Zona de Paz e Cooperação**. UFRGS. Model United Nations. v.2, p. 479-529, 2014.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Prospectiva, Estratégias e Cenários Globais: Visões do Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia**. Rio de Janeiro, Ipea, Ciclo de Debates, 2011.

LUÍS, Camila Cristina. **Atlântico Sul: perspectiva global e a busca pela autonomia regional**. Tensões Mundiais. Jun. 2015.

MAHAN, Alfred Thayer. **The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783**. Boston: Little, Brown, and Company, 1890. Disponível em: <<https://ia902708.us.archive.org/13/items/seanpowerinf00maha/seanpowerinf00maha.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 312 p. ISBN: 978-85-224-4762-6.

MATTOS, Carlos de Meira. **A Geopolítica e as projeções do poder**. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1977.

_____. **Geopolítica e Modernidade: Geopolítica Brasileira**. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 2002.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **O Brasil e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**. Revista brasileira de Política. 2009.

MONTEIRO, Nuno Sardinha. **Mahan: 7 Virtudes e 7 Pecados**. 2011.

NEVES, André Luiz Varella. **Atlântico Sul: projeção estratégica do Brasil para o século XXI.** *Secretaria de Assuntos Estratégicos*, 2013.

NUNES, Carlos Costa. **O Golfo da Guiné e a Segurança Energética da China.** Da Shepra, Working Paper nº15, 2012. Disponível em: <<http://www.cepese.pt/portal/investigacao/working-papers/populacao-e-prospectiva/ogolfo-da-guine-e-a-seguranca-energetica-da-china>> Acesso em: 4 jun. 2014.

NZUALO, Eliana. **Para que serve a CPLP?** Uma visão desde Moçambique. Nov. 2016. Disponível em: < <http://www.sermosgaliza.gal/articulo/internacional/quem-serve-cplp-uma-visao-mocambique/20161106172820052558.html>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

ONU. **Address By His Excellency Jose Sarney to the XL Session of the General Assembly of the United Nations.** Doc. A/40/PV.4. Brasília, 1985.

_____. **Declaración final aprobada en la tercera reunión de los Estados miembros de la zona de paz y cooperación del Atlántico Sur.** Doc A/49/467. Brasília, 1994.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. **O Jogo de Poder Na Faixa Atlântica do Entorno Estratégico Nacional e seus Reflexos para a Defesa e Projeção do Brasil.** Brasília: IPEA, 2015.

PETROBRAS. **Página Institucional.** Exploração e produção de petróleo e gás: Pré-Sal. Rio de Janeiro. Fev. 2015. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

_____. **Geopolítica do Petróleo:** recursos Minerais na Amazônia Azul. Espaço para discussão da geopolítica dos Recursos Energéticos. Disponível em: <<https://geopoliticadopetroleo.wordpress.com/geopolitica-do-atlantico-sul/1513-amazonia-azul1/>>. Acesso em: 20 Abr 2018.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. **Relações entre o Brasil e a África subsaariana.** Revista Brasileira de Política Internacional, 43 (1), p. 5-23. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n1/v43n1a01.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

PODER NAVAL. **Poder Naval no Seminário da Amazônia Azul.** 2010. Disponível em: < <https://www.naval.com.br/blog/2010/10/16/poder-naval-no-seminario-da-amazonia-azul-na-escola-naval/>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

PRAWITZ, J; LEONARD, J. A Zone of Free Weapons of Mass. Destruction in the Middle East. United Nations: UNIDIR, 1996.

QNIT. **Química Nova Interativa:** Hexafluoreto de Urânio UF6. 2010. Disponível em: <http://qnint.sbq.org.br/qni/popup_visualizarMolecula>. Acesso em: 13 jun. 2018.

RAMOS, Nuno Duarte. **Golfo da Guiné: Novo foco de pirataria marítima – Conjuntura internacional.** p. 56. Rio de Janeiro, 2014.

SALVADOR, Frei Vicente. **História do Brasil, 1500-1627**. São Paulo: USO/Itatiaia, 1982.

SANTOS, Iris Walkiria. **Defesa Nacional**. In: LAMOUNIER, B; FIGUIREDO, R. (Org.) *A era FHC, um balanço*. São Paulo: Cultura Editores associados, 2002.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. **Animal Business Brasil: falta um planejamento de pesca eficiente no Brasil**. Disponível em: <<http://animalbusiness.com.br>>. Acesso em: 20 Abr 2018.

SÓ GEOGRAFIA. **Oceano Atlântico**. Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: <<http://www.sogeografia.com.br/Conteudos/GeografiaFisica/ocean>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

SPUTNIK. **A Marinha do Brasil**. 2017. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/defesa/2018090412132928-operacoes-marinha-brasil>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

UNODC, **World Drug Report 2013**, United Nations publication, 2013, p. IX executive summary.

UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS. **Estatuto del Consejo de Defensa Suramericano de la UNASUR**. 2008. Disponível em: <<http://www.cdsunasur.org/index.php?option>>. Acesso em 27 mar. 2018.

UNITED STATES AFRICA COMMAND. **Africa Partnership Station**. 2016. Disponível em: <<http://www.africom.mil/what-we-do/security-cooperationprograms/africa-partnership-station>>. Acessado em: 14 jul. 18

VAZ, Alcides Costa. **O Atlântico Sul e as perspectivas estratégicas de Brasil, Argentina e África do Sul**. Brasília: IPEA, 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 287 p., il. Bibliografia: p. 269-287. ISBN: 978-85-224-4999-6.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **Consequências Estratégicas para uma Marinha de Águas Marrons**. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, n. 16, p 7-20, dez. 2010.

WENDLING, Thayssa Carolinne Marques. **Guerra das Malvinas: uma análise da política externa Argentina à luz do realismo neoclássico**. Fronteira. Belo Horizonte. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/viewFile/14319/>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

WIESEBRON, M. L. **Blue Amazon: thinking the defense of Brazilian maritime territory**. Austral: Brazilian Journal of Strategy and International Relations, Porto Alegre, v. 02, n. 03, p. 101–124, 2013.

WORLDVIEW STRATFOR. **Página principal**. Brazil and Africa bridge South Atlantic. Jul. 2017. Disponível em: <<https://worldview.stratfor.com/article/brazil-and-africa-bridge-south-atlantic>>. Acesso em: 13 abr. 2018.